



Anais da Assembléia

Nº 34

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE ABRIL DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

Ato da Presidência:

ATO DO PRESIDENTE N° 006/95

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Título II, Seção III, Artigo 34, combinado com o Inciso XIII, Artigo 20 do Regimento Interno.

D E C L A R A:

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de sete (07) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, de autoria dos Senhores Deputados: Valdir Rossoni, Florisvaldo Fier, Antonio Annibelli, Cezar Silvestri, Ângelo Vanhoni, Irineu Colombo, Péricles Mello, Basílio Zanusso, Beto Richa, Antônio Belinati, Algaci Túlio, Joel Coimbra, Milton Pupprio, Carlos Simões, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Tureck, Edgard Bueno, Neivo Beraldin, Reny Borsatto, João Techy, César Selme, Duílio Genari, Élio Rusch e Emerson Nerone, na Sessão do dia 11 de abril de 1995, com fundamento no § 3°, do Artigo 64 da Constituição do Estado do Paraná, num prazo de cento e vinte (120) dias, destinada à apurar e esclarecer a freqüente falta d'água em diversas localidades do Estado, inclusive Capital e Região Metropolitana, bem como índices de atraso no cronograma de trabalho do PROSAN - Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba, no Estado do Paraná - e contratos firmados entre o Governo e a iniciativa privada. A Comissão é constituída por dois (02) Deputados do PMDB, e, por um (01) do PP, PDT, PFL, PTB, PSC e PT, respectivamente.

Gabinete da Presidência, em 17.04.95

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

**1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA
ATA DA 024.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 1995**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antônio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Selme, Cezar Silvestri, Cleiton Kiesel, Duílio Genari, Edno Guimarães, Edson Lipo, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos

Curitiba, segunda em 17.04.95

Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Pupprio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Renato Adur, Reni Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Augustinho Zucchi, Durval Amaral, Eduardo Trevisan, Geraldo Cartário e Plauto Miró Guimarães (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procedê à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Respondendo ao Deputado Antônio Belinati, a aprovação da Ata depende tão somente de 18 Senhores Parlamentares e aqui nós estamos em 23 Senhores Deputados.

Em votação a Ata. **Aprovada.**

Antes de passarmos ao Expediente com o Senhor 1º Secretário, Luiz Carlos Martins, com satisfação a Mesa se associa ao ilustre Deputado Edgar Bueno, com a presença do chefe do Núcleo de Educação de Cascavel, Marize F. Nuvozon e ainda acompanhando-a o Vereador Severino Follador, Presidente da Câmara Municipal de Cascavel.

Também anunciamos a presença no Plenário, pelo Deputado João Tech, do nosso amigo, companheiro, Deputado Federal Wilson Santini.

Anunciamos também a presença do ex-Prefeito de Maringá, atual Deputado Federal, Deputado Ricardo Barros, que também nos honra com sua visita a esta Casa.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procedê à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OF. ATG 0233/95

Curitiba, 17.04.95.

Senhor Presidente.

Nos termos do disposto no artigo 87, inciso XI, da Constituição do Paraná, encaminhando a Vossa Excelência o Balanço Geral das Contas da Administração Direta e Indireta do Estado, relativo ao exercício de 1994, acompanhado do Relatório de Execução Física do Orçamento e do Relatório de Controle dos Bens Patrimoniais.

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

Requerimentos:**REQUERIMENTO N° 777**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 105/95, de autoria do requerente, que "prorroga até 30 de dezembro de 1995, o prazo fixado no parágrafo único, do art. 1° da Lei n° 10.509, de 27 de outubro de 1993".

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Apoiamento: Luiz Carlos Zuk, Emerson Nero-ne, Ângelo Vanhoni, Doutor Rosinha e Irineu Colombo.

REQUERIMENTO N° 800

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 104/95, de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli que dispõe sobre o pagamento de ICMS dos Bingos.

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 813

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, para o Projeto de Lei n° 92/95, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Joel Coimbra que autoriza o Poder Executivo a anuir na doação da Fundação Universidade Estadual de Maringá, à União, do imóvel destinado à criação de uma UNED/CEFET.

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 812

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER,

após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 775

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar, pelo falecimento do Senhor José Senter Martins.

Pessoa conceituada, de nosso relacionamento de amizades, deixa parentes e amigos enlutados.

Requer, ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência a família enlutada, à Rua General Ozório, 320 apartamento 11 - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 776

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Maria Francisca Ferreira de Freitas, do Município de Ponta Grossa, neste Estado.

Requer, ainda, que do teor do presente, dê-se ciência à família, no endereço a seguir: Rua das Jaboticabeiras, 382 - Núcleo Santa Paula - Ponta Grossa/PR - CEP: 84010-250.

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A extinta senhora pertencia a tradicional família pontagrossense e era matriarca de grande descendência. Seu passamento prematuro abriu uma irreparável lacuna no seio da família e dos amigos.

Jamais se apagará de nossa memória e do nosso coração a lembrança de Dona Maria Francisca pela grande amizade e amor dedicado a todos que com ela tiveram o prazer de conviver.

Este Deputado propõe que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná se solidarize com a família enlutada pela grande perda.

REQUERIMENTO N° 788

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, votos de profundo pesar, pelo falecimento da Senho-

ra Laura Wiel Goedert, em data de 13 de abril de 1995, esposa do Senhor Rogério Goedert.

Solicito ainda, seja dado ciência à família enlutada, sito a Rua Vereador Juarez Clêze, 150, Município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 17.04.95

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 789

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a consignação em Ata de voto de congratulações ao Presidente da Associação das Câmaras de Vereadores da Microrregião Doze - ACAMDOZE, Senhor Romildo Joaquim de Souza.

Sala das Sessões, em 17.04.95

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO N° 790

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER a consignação em Ata de voto de congratulações à nova Mesa Executiva da Câmara Municipal de Mamborê composta pelos seguintes Vereadores:

Presidente - Everaldo Freire da Costa

1° vice-Presidente - Gumercindo dos Santos

2° vice-Presidente - Mauro Zanin

1° Secretário - Dorneles Adão Cavali

2° Secretário - Henrique Angas Salla

Sala das Sessões, em 17.04.95

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO N° 791

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a consignação em Ata de voto de congratulações à Mesa Executiva da Câmara Municipal de Farol, composta pelos seguintes Vereadores:

Presidente - Vilmar Schizon

vice-Presidente - Jorge Aparecido Woikoski

1.ª Secretária - Eneil Maciel Stanis-
cewski

2° Secretário - Dirceu da Silva

Sala das Sessões, em 17.04.95

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO N° 792

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a consignação em Ata de voto de congratulações à Mesa Executiva da Câmara

Municipal de Corumbataí do Sul, composta pelos seguintes Vereadores:

Presidente - Nilton Paulo

vice-Presidente - Josuel Cardoso

1° Secretário - Osvaldo Kafifi

2° Secretário - Mateus Campos

Sala das Sessões, em 17.04.95

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO N° 793

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a consignação em Ata de voto de congratulações à Mesa Executiva da Câmara Municipal de Rancho Alegre do Oeste, composta pelos seguintes Vereadores:

Presidente - Rubens Alves Pereira

vice-Presidente - Gaspar Soares de Melo

1° Secretário - Silvino Cardoso de Moura

2° Secretário - Juraci Mota de Oliveira

Sala das Sessões, em 17.04.95

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO N° 794

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a consignação em Ata de voto de congratulações à Mesa Executiva da Câmara Municipal de Araruna, composta pelos seguintes Vereadores:

Presidente - Davi Carlos do Nascimento

vice-Presidente - José Luzia Resende

1° Secretário - Natanael Farias

2° Secretário - Romildo Joaquim de Souza

Sala das Sessões, em 17.04.95

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO N° 801

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, após ouvido o douto Plenário desta Casa, REQUER envio de votos de congratulações ao Presidente da Associação BANESTADO, Sr. Walter Senhorinho e a toda diretoria pela inauguração do Complexo Esportivo na Praia de Leste.

Sala das Sessões, em 17.04.95

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O Complexo Esportivo da Associação BANESTADO que tem sua inauguração prevista para o próximo dia 20 de abril do corrente, com seus 7.700 m2, composto por 3 quadras poliesportivas cobertas, 12 alojamentos, com capacidade de acomodação para duzentos e oitenta pessoas, é uma conquista não só dos funcionários do Banco do Estado, mas sim um novo marco no nosso litoral que passa a possuir um grande centro para realização de grandes eventos esportivos e

O arrojo do Presidente Walter Senhorinho e sua equipe de diretoria faz com que toda a família BANESTADO possa contar com este importante Complexo Esportivo, bem como marca uma nova fase na área esportiva e cultural em nosso litoral.

REQUERIMENTO N° 803

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembléia, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de congratulações com o Município de Bocaiúva do Sul, pelo transcurso, no último dia 12, dos 124 anos de sua fundação.

Bocaiúva do Sul, Município que integra a Região Metropolitana de Curitiba, tem na lavoura sua força econômica. Suinocultura e gado de corte complementam a economia primária. Possui várias indústrias e empresas comerciais e sob a administração do Prefeito Carlos R. Taverna, vem alcançando um grau de desenvolvimento e progresso considerável.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Exmo. Senhor Prefeito e Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul.

Sala das Sessões, em 17.04.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 804

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva da Assembléia, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de congratulações com o Município de Matinhos, pelo transcurso, no último dia 12, dos 28 anos de sua emancipação política.

Matinhos, Município que integra a microrregião do Litoral Paranaense, ocupa lugar de destaque no setor de turismo do Estado, possuindo cerca de 140 estabelecimentos comerciais, várias indústrias e muitas empresas de prestação de serviços. Seu Prefeito, Acindino Ricardo Duarte, vem procurando imprimir um ritmo de desenvolvimento considerável ao Município.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Exmo. Senhor Prefeito e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Matinhos.

Sala das Sessões, em 17.04.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 809

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso

de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva da Assembléia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de congratulações com a empresa Ico Comercial S/A, pelos 50 anos de existência.

Há 50 anos nascia uma pequena loja de ferragens, hoje transformada em um complexo empresarial bem plantado na Cidade Industrial de Curitiba, com filial em Joinville, escritórios regionais em Blumenau e Londrina, e ramificações que se estendem até os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Presidida pelo Senhor Walter George Herz, a empresa, especializada no setor de ferramentas, não tem se descuidado da qualidade dos mais de 40 mil itens com os quais trabalha atendendo 15 mil clientes ativos. Também grande é sua preocupação com seus funcionários, submetidos periodicamente a treinamentos, possuindo inclusive programas permanentes, como "Menor Aprendiz" e "Treina Vendedor".

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da Empresa e à Presidência da CIC - Cidade Industrial de Curitiba.

Sala das Sessões, em 17.04.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 810

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva da Assembléia, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de congratulações pelo transcurso do 176° aniversário de fundação do Município de Palmeira.

As solenidades comemorativas se desenvolveram no período de 01 a 09 do corrente e, no último dia 7, tivemos a oportunidade de participar, ao lado da Exma. Senhora Emilia Belinati, Governadora em exercício, das solenidades cívicas que marcaram o transcurso do 176° aniversário do Município de Palmeira que, sob a administração de seu Prefeito, Altamir Sanson, desponta como um dos mais promissores Municípios da Região Sul do Paraná.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Exmo. Senhor Prefeito Altamir Sanson.

Sala das Sessões, em 17.04.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 773

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor DENI LINEU SCHWARTZ, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que as obras de pavimentação asfáltica da estrada margeando a BR-277, no Município de Medianeira, em andamento, não sejam interrompidas.

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A estrada em referência é a Avenida 24 de Outubro, que margeia a BR-277, no Município de Medianeira, a qual possui uma extensão de aproximadamente 8.400 metros.

Trata-se de obra de suma importância para o município e que encontra-se com cerca de 50% já construída. Embora esteja em andamento, a possibilidade de sua interrupção por falta de recursos vem preocupando a administração municipal, uma vez que suspensão, frustrará uma antiga reivindicação daquela comunidade.

Dessa forma, em face da sua fundamental necessidade para aquela população, é que em seu nome gostaríamos de obter a compreensão do Excelentíssimo Senhor Secretário, e encarecer que concentre esforços no sentido de permitir a sua conclusão, contribuindo assim significativamente para o progresso e desenvolvimento daquela cidade.

REQUERIMENTO N° 780

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Ministro SÉRGIO MOTTA, do manifesto de confiança no sucesso da iniciativa do seu Governo em facilitar a todo o cidadão por meio da educação aberta, continuada e à distância, o acesso ao conhecimento social e científico disponível na sociedade brasileira através do SINEAD - Sistema Nacional de Educação - Televisão para a Educação, em cujo projeto piloto o Paraná se faz presente através do Projeto RTE-REDE-PINHA, do Instituto CYBER de Ensino e Pesquisa.

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 781

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, do manifesto de confiança no sucesso da iniciativa do seu Governo em facilitar a todo o cidadão por meio da educação aberta, continuada e à distância, o acesso

Curitiba, segunda, em 17.04.95

ao conhecimento social e científico disponível na sociedade brasileira através do SINEAD - Sistema Nacional de Educação - Televisão para a Educação, em cujo projeto piloto o Paraná se faz presente através do Projeto RTE-REDE-PINHA, do Instituto CYBER de Ensino e Pesquisa.

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 786

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido Plenário, a anexação do presente requerimento, ao aprovado na sessão plenária do dia 12 p. p., que solicita à Secretaria de Estado da Saúde, a instauração de uma ampla auditoria contábil e administrativa no Hospital Regional de Cascavel, desde sua construção e ampliação, passando pela aquisição material (permanente e de consumo) e equipamentos, até a presente data. Incluir também as questões de funcionalismo, tais como privilégios.

Solicitamos a anexação devido aos seguintes novos fatos que tomamos conhecimento:

1. Relação conturbada entre a administração do Hospital Regional (HR) e o sindicato da categoria (SINDSAUDE), principalmente por posições autoritárias por parte da direção do Hospital (anexo I).
2. Diversas irregularidades administrativas (anexo II).
3. Pagamentos irregulares de salários e de horas-extras (receberam sem trabalhar) para diversos funcionários, entre os quais, segundo informações dos servidores daquele nosocômio, destacam-se os seguintes:
 - Eunice M. da Silva;
 - Ailton da Silva;
 - Rosa Canabaro;
 - Jociara Pereira;
 - Terezinha Xavier - em 1992 fez campanha para Vereador para o Doutor Adarcino Amorim. Suspeita-se que a mesma tenha recebido seus salários normalmente, no período de junho a dezembro de 94, quando estava afastada do serviço para tratar de assuntos particulares.
4. Em reunião do SINDISAUDE com os funcionários do HR foram lembrados inúmeros fatos, tais como (anexo III):
 - não estão sendo fornecidas cópias de documentos de interesse pessoal do servidor;
 - livro ponto fica chaveado, o que dificulta a entrada e a saída do servidor ao serviço;
 - é exagerado o número de cartas de advertência;

- obrigatoriedade de colocação do Código Internacional de Doenças nos atestados médicos, contrariando resoluções do CFM;

- acidentes de trabalho não estão sendo atendidos no HR, e são encaminhados para os hospitais privados.

5. Em razão de documentação enviada pelo SINDSAUDE ao Ministério Público (anexo VIII do Requerimento inteiro), foi aberto inquérito policial (anexo IV).
6. Irregularidades, tais como: cobrança de pacientes internados no Hospital inclusive na UTI.
7. Na página 146 do Relatório Final da CPI da Câmara Federal, destinada a apurar irregularidades no INAMPS/SUS, consta que foi emitido contra o HR Ordem de Recebimento (OR), por "...cobrança indevida de procedimento de maior valor, cobrança indevida de cirurgia múltipla e emissão indevida de AIH".

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Em função de tomarmos conhecimentos de novos fatos e visando corroborar com a administração pública é que apresentamos o presente Requerimento, e pedimos a sua aprovação.

REQUERIMENTO N° 795

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM a organização de um seminário no dia 05 de maio do corrente ano, para debater a política no combate às enchentes em nosso Estado.

Requerem ainda, que as despesas de infra-estrutura, como confecção de material de divulgação (convites, folders, cartazes), distribuição e expedição deste material, serviços de taquigrafia e cerimonial, corram por conta da Assembléia Legislativa do Paraná (ALEP).

Tal Seminário deverá ocorrer nas dependências da ALEP, na Sala Deputado Luiz Gabriel Sampaio (Plenarinho).

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(aa) DOUTOR ROSINHA

ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A precipitação pluviométrica ocorrida nos primeiros vinte dias do mês de janeiro de 1995, foi quatro vezes maior do que a normal, proporcionando assim, enchentes em Curitiba e Região Metropolitana.

As estimativas são de que no Paraná, o número de atingidos foi de quarenta mil pessoas, dos quais 90% (noventa por cento) estavam na Região Metropolitana de Curitiba.

Ao tomar conhecimento, e logo após o Decreto de Estado de Calamidade Pública, a

Câmara Municipal de Curitiba, criou uma Comissão para acompanhar e propor obras que detenham outro estado de calamidade pública devido às enchentes.

Desta Comissão resultou um relatório apontando obras para curto e médio prazo. Este relatório também chegou a esta Casa de Leis, somando-se ao esforço em participar de estudos e conclusões para que a sociedade possa acompanhar e propor o desenvolvimento do PROSAM e de outras atividades correlatas ao combate às enchentes, como também propondo que a ALEP possa desenvolver um seminário do tema afim.

Assim, pede-se o apoio dos Senhores Deputados aprovando este Requerimento.

REQUERIMENTO N° 799

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a realização de um FORUM ESTADUAL DE MORADIA POPULAR, a ser realizado no dia 10 de junho de 1995, nas dependências do Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com início previsto para as 09:00 horas e encerramento às 17:00 horas, com o tema "I FORUM ESTADUAL DE MORADIA POPULAR", abordando:

1. Política Estadual de Habitação;
2. Reivindicações dos Mutuários do SPH (Sistema Financeiro de Habitação) no Paraná;
3. Regularização Fundiária Urbana;
4. Conselho Estadual de Moradia Popular.

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Um dos maiores problemas nacionais hoje, é a questão da moradia popular. A Câmara dos Deputados discute o projeto de iniciativa popular, que cria o Conselho e Fundo Nacional de Moradia Popular. Há na Câmara Federal, intensos debates sobre os problemas oriundos dos programas habitacionais do Governo Collor de Mello, financiados com recursos do FGTS, sobre a questão habitacional nos grandes centros urbanos, que enfrentam crescente favelização, ocupação e loteamento clandestino.

Entendemos, portanto, ser o momento propício para que este parlamento participe destes debates colaborando com alternativas para solucionar tais problemas. Igualmente é importante que a Assembléia Legislativa rediscuta o Conselho e Fundo Estadual de Moradia Popular, com autoridades e lideranças comunitárias de todo Paraná.

REQUERIMENTO N° 815

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário que se faça constar nos anais desta Casa de Leis o teor do Projeto de Lei, de autoria do Senador Osmar Dias - "Altera o § 2º e acrescenta o § 3º ao artigo 16, da Lei nº 8.880 de 28 de maio de 1994 e retificada em 01 de junho de 1994 que dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real ao Valor URV e dá outras providências."

Sala das Sessões, em 17.04.95

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Em função da difícil situação que o País atravessa em relação as questões agrícolas, o referido Projeto é de extrema importância para as operações de crédito rural, destinadas ao custeio, comercialização e investimentos das safras brasileiras.

REQUERIMENTO N° 772

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente a Excelentíssima Senhora Fany Lerner, DD. Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família encarecendo a liberação de recursos financeiros para a construção de um salão comunitário na Vila Vardelina, em Maringá.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Senhor Armando Sales Gomes, Presidente da Associação dos Moradores e Amigos da Vila Vardelina, Rua Pitanga, 154, Vila Vardelina, Maringá CEP: 87.080-730.

Sala das Sessões, em 17.04.95

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Considerando a necessidade urgente da construção de um salão comunitário para fins sociais;

Considerando que a Associação já possui um terreno para a referida obra;

Considerando o orçamento de R\$ 5.100,00 elevado para uma Vila onde há muitas famílias carentes;

Considerando que uma ação de tal envergadura e tão grande alcance social é merecedora de todo nosso apoio e atenções, e deve ter como extensão o fortalecimento de entidades de proteção dos direitos da criança, formulamos a presente reivindicação, como expressão de solidariedade, para a qual solicitamos a aprovação dos nobres Pares.

REQUERIMENTO N° 778

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o

envio de expediente ao Exmo. Senhor Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitações para que se tomem as providências necessárias no sentido de que o atual Município de Manoel Ribas seja elevado à condição de Comarca, compreendendo então, o município de Nova Tebas.

Sala das Sessões, em 17.04.95

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 779

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitações para que o Município de Fênix, atualmente pertencente à Comarca de Engenheiro Beltrão, venha a pertencer à Comarca de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 17.04.95

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 782

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Largo, no sentido de tomar providências quanto a erosão da Rua Principal - Jardim Santa Angela - Ferraria, tendo em vista que com as chuvas do mês de janeiro ela foi parcialmente destruída.

Devido a esse fato, freqüentemente ocorrem algamentos em algumas residências dessa rua, motivo pelo qual os moradores do local solicitam que o problema seja sanado, uma vez que a cada dia vem se agravando.

Sala das Sessões, em 17.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 783

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de intensificar o policiamento na Praça Rui Barbosa, uma vez que os pedestres estão sendo assaltados com freqüência ao cruzarem essa praça e enquanto aguardam os ônibus.

Os trombadinhas agem livremente devido a falta de policiamento, deixando toda a população muito apreensiva.

Sala das Sessões, em 17.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 784

Senhor Presidente.

O Deputado que o subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido que está sendo feito pelos usuários do ônibus da linha Curitiba - Campo Largo, os quais solicitam que sejam colocados mais carros nessa linha. Ocorre que poucos carros estão circulando, ocasionando superlotação nos mesmos e com isso também ocorrem atrasos nos horários. Devido a esses atrasos muitos transtornos são causados a todos, principalmente para aquelas pessoas que utilizam o ônibus para chegarem em seus locais de trabalho.

Pedem providências urgentes, pois a situação encontra-se crítica.

Sala das Sessões, em 17.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 796

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Secretário de Estado da Saúde, solicitando a doação de um veículo ambulância para o município de Tapira.

Do aprovado requer ainda seja comunicado o Vereador José França Belarmino (Rua Paranaguá, 518 - Câmara Municipal).

Sala das Sessões, em 17.04.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A população mais carente do município tem necessidade de um melhor atendimento na área da saúde em Tapira e conforme exposição do Vereador Dede, como é chamado José França Belarmino, a ambulância seria muito importante para a remoção de doentes.

Apesar dos esforços do comércio e da sociedade do município, precisa da ajuda do Governo do Estado para suprir algumas necessidades emergenciais.

REQUERIMENTO N° 797

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Hermas Brandão, MD. Secretário de Estado da Agricultura, solicitando a readequação da estrada da Paca, no Município de Douradina.

Do aprovado requer ainda, seja comuni-

cado aos Senhores Vereadores Hermínio França, José Gonçalves, João Batista, João de Abreu, Adonias Alves e Helio Corsini (Câmara Municipal de Douradina, Av. Rio Branco, 320, CEP: 87.485-000) e Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3.800, Ed. Centro Comercial, conj. 101, 1° andar, Umuarama, CEP: 87.501-190).

Sala das Sessões, em 17.04.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A estrada em questão pertence a uma região extremamente agrícola, necessitando de readequação para facilitar o escoamento da safra, bem como, o acesso de seus moradores.

REQUERIMENTO N° 798

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Hermas Brandão, MD. Secretário de Estado da Agricultura, solicitando a readequação da estrada Santa Izabel do Ivaí, no Município de Douradina.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado aos Senhores Vereadores Hermínio França, José Gonçalves, João Batista, João de Abreu, Adonias Alves e Helio Corsini (Câmara Municipal de Douradina, Av. Rio Branco, 320, CEP: 87.485-000) e Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3.800, Ed. Centro Comercial, conj. 101, 1° andar, Umuarama, CEP: 87.501-190).

Sala das Sessões, em 17.04.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A estrada em questão pertence a uma região extremamente agrícola, necessitando de readequação para facilitar o escoamento da safra, bem como, o acesso de seus moradores.

REQUERIMENTO N° 785

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a aprovação do seguinte Pedido de Informações a ser enviado ao Excelentíssimo Senhor Armando M. B. Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando:

1 - Em relação as Ordens de Recebimentos (ORs) de números 041/91, 077/91, 076/91, 007/92, 008/92, 041/92, 065/92, 019/92, 040/92 e 021/93, solicitamos:

1.1 - Especificar quais foram pagas e porquê?

1.2 - Houve acordo do órgão federal (INAMPS/Ministério da Saúde) com a SESA, para a quitação das mesmas?

1.2.1 - Se houve acordo, solicitamos cópia do mesmo, bem como cópias dos pareceres exarados por esta secretaria.

1.3 - Especificar, em valores atualizados (reais e UFIRs), qual é o montante de cada uma, paga ou não?

1.3.1 - As que não foram pagas em que situação se encontram?

2 - No entender desta Secretaria, a quem cabem estas ORs: a SESA ou ao responsável pela aplicação indevida das verbas?

3 - Os órgãos técnicos desta Secretaria tem reconhecido estas dívidas?

3.1 - Independente da resposta solicitamos cópia dos pareceres.

4 - Nos últimos 8 anos, além das ORs acima citadas, quantas e quais outras foram recebidas pela SESA ou hospitais sob sua administração?

4.1 - Se a resposta for afirmativa, solicitamos.

4.1.1 - Explicitá-las contendo o número de cada uma, objetivo, valor e vencimento.

4.1.2 - Cópias das auditorias que demonstram as irregularidades e a sua defesa.

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Entre uma das funções do Parlamento encontra-se o de fiscalizar o Poder Executivo, em todos os aspectos, e mormente no que diz respeito a aplicação de verbas públicas.

O antigo INAMPS em muitas ocasiões repassou verbas para a Secretaria de Estado da Saúde (SESA). Estas às vezes foram mal ou irregularmente aplicadas, vindo em razão disto o órgão federal a emitir ORs, para ver reembolsado seu prejuízo, e principalmente o prejuízo da população.

Nosso Pedido de Informação tem o objetivo de saber quantas são as ORs recebidas pela SESA, qual a situação de cada uma e quem está pagando.

Visando o cumprimento de nossas funções, solicito dos Senhores Deputados a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO N° 805

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e com base na Constituição do Estado, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, Pedido de Informações ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Fazenda que envie relação dos sonegadores do ICMS nas cidades de Curitiba, Londrina, Maringá e Cascavel.

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHEITI

REQUERIMENTO N° 806

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após anuência do Plenário desta Casa de Leis, seja endereçado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, contendo o seguinte Pedido de Informações sobre a COPEL:

a) A atual diretoria da COPEL liberou alguma empresa do pagamento de multa contratual ou prevista em licitação por atraso no fornecimento de equipamentos ou materiais comprados pela COPEL neste ano?

b) Em caso afirmativo, fornecer a esta Assembléia o nome da empresa e o valor da multa que deixou de ser cobrada.

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO N° 807

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Jaime Lerner e à Direção do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, solicitando informações sobre o depósito de agrotóxicos da Colônia Penal Agrícola de Tamarana, Município de Londrina, com os seguintes dados:

- Que tipos de agrotóxicos estão depositados;
- Qual a situação de segurança;
- Que soluções estão sendo apresentadas para o caso;
- Qual o custo deste manejo e se as empresas fabricantes dos produtos estão sendo acionadas para dividir o ônus;
- Qual a veracidade da nota do Jornal Estado de São Paulo de que tal lixo iria para a Baixada Santista? (vide anexo).

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) IRINEU COLOMBO

ANEXO

O governador Jaime Lerner decidiu remover lixo tóxico encontrado em uma penitenciária em construção no Norte do Paraná. O entulho - composto por agrotóxicos proibidos - será incinerado na Baixada Santista- Preço da operação: R\$ 5 milhões.

REQUERIMENTO N° 811

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Secretário de Estado da Fazenda para responder o seguinte Pedido de Informações:

- a) Quais os motivos que levaram à edição do Decreto 250 de 03.02.1995?
- b) Foi analisado o volume de contro-
vérsias e implicações quanto a mudanças na sistemática de funcionamento das empresas com caixas registradoras?

c) Algum outro Estado da Federação dispõe de legislação similar? Qual?

d) Há amparo do CONFAZ, foi discutido a nível de CONFAZ a emissão desta norma?

e) Que prejuízos teria o Governo caso cancelasse a vigência deste Decreto?

Convém salientar que graças ao contato mantido com o titular da Coordenadoria de Receita do Estado, o mesmo informou que o Governo prorrogou por mais 60 (sessenta) dias a vigência deste decreto. Diante deste novo prazo, seria o caso de se analisar melhor as repercussões que o mesmo traz e trará junto aos comerciantes, em momento de difícil situação, com queda das vendas e diminuição acentuada da atividade econômica! Somos favoráveis à ampliação do universo de contribuintes, ao aumento da arrecadação e redução da sonegação. Mas temos sérias dúvidas quanto a eficácia deste Decreto 250/95 em relação a estes objetivos!

Em anexo, cópia de expediente que recebemos da FECOPAR - Federação dos Contabilistas do Estado do Paraná, que registra uma série de subsídios para melhor avaliação de nossa preocupação!

Entendemos que o ideal seria sustar de forma definitiva a vigência deste decreto e se dedicar ao aperfeiçoamento de novos

Paraná

instrumentos visando a melhoria do desempenho arrecadador do Estado!

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 814

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o soberano Plenário, respeitosamente REQUEREM pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, no que diz respeito a notícia dada pelo Jornal "Folha de Londrina", de 17 de abril do corrente ano, sob o título: "Governo garante reajuste de 242% aos Secretários", fazendo os seguintes questionamento:

1. Quais as bases legais que o Governo de Vossa Excelência usou para atingir este índice? (detalhar)
2. O reajuste em questão atingiu somente os cargos de Secretários de Estado, ou também Presidentes de Companhias e/ou Fundações?
3. Quantos são os cargos beneficiados com este aumento?

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA

RICARDO CHAB

Governo garante reajuste de 242% aos Secretários

Sérgio Wesley

Sucursal de Curitiba

Os Secretários de Estado tiveram seus salários reajustados em quase 242% em março. Excluídos da lei que concedeu aumento de 10% ao funcionalismo estadual, os membros do primeiro escalão foram compensados com o pagamento de gratificações no valor de R\$ 4,2 mil, elevando a remuneração total para R\$ 5.936,39.

No dia 31 de março, cada Secretário recebeu R\$ 737,96 de vencimento básico e R\$ 998,43 de gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva. Na primeira semana de abril, o Governo liberou folha suplementar com o pagamento das gratificações de encargos especiais.

De acordo com o Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná (Lei 6.174/70), essa gratificação é destinada aos servidores que prestam assessoramento direto ao chefe do Poder Executivo. O cargo de Secretário de Estado não aparece na relação de funções de assessoramento direto do Governador fixada pela Lei 8.485/87.

Como as leis não estabelecem li-

mites para a concessão do benefício, o governador Jaime Lerner está premiando vários funcionários comissionados, a maioria colaboradores de sua campanha, com essa gratificação. O *Diário Oficial* tem publicado despachos autorizando o pagamento de encargos especiais.

Os valores da gratificação são variáveis. Paulo Kawahara e Maria Lúcia Pereira Lima de Camargo, secretária de Lerner, ocupam cargos DAS-1 (R\$ 453,55 sem os 100% de dedicação exclusiva) e recebem encargos especiais até o limite do redutor salarial, que em abril é de R\$ 2.578,60. Já o diretor administrativo-financeiro do Serlopar, Ronald Dias Pinto, ocupa cargo DAS-3 e recebe encargos especiais até o limite do cargo DAS-2.

Na lista dos beneficiados com as gratificações de encargos especiais pelo atual Governo estão funcionários comissionados lotados na Secretaria da Chefia de Gabinete, Secretaria de Governo, Casa Civil, Secretaria da Fazenda e Secretaria de Meio Ambiente. A maioria não presta assessoramento direto ao Governador, conforme determina a legislação.

NAL *****

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER à douta Mesa Executiva da Assembléia, a transcrição, nos Anais da Casa, dos editoriais do jornal "O Estado do Paraná", publicados nos dias 8 e 11 do corrente.

O primeiro sob o título: "Sensação de segurança", o qual tece uma análise sobre a Segurança Pública do Estado sob o comando do Secretário Cândido Martins de Oliveira, e o segundo analisando os cem primeiros dias do Governo Jaime Lerner.

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) ALGACI TÚLIO

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 012/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização do plebiscito na área que especifica, no Município de Laranjeiras do Sul, para que a população decida sobre a criação do Município de Porto Barreiro, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, com as seguintes divisas:

"Partindo da barra do Rio Crim no Rio Iguaçu, sobe pelo Rio Crim até sua cabeceira, dividindo com o Município de Rio Bonito do Iguaçu; deste ponto segue por linha seca, divisa intermunicipal do Rio Bonito do Iguaçu até encontrar o Rio Lamberdor; sobe pelo Rio Lamberdor, até sua cabeceira nas proximidades da rodovia estadual que liga Laranjeiras do Sul à localidade de Porto Santana; deste ponto segue por linha reta e seca até encontrar a referida estrada estadual na direção de Laranjeiras do Sul até encontrar a encruzilhada da estrada municipal que liga o Km 8 à localidade de Sertãozinho; segue pela referida estrada na direção de Sertãozinho, mede 2.000 metros pela estrada municipal; segue com deflexão à esquerda e por linha reta e seca até encontrar o Rio Peludo; desce pelo Rio Peludo até sua barra no Rio Tapera; pelo Rio Tapera abaixo até sua barra no Rio Cavernoso; pelo Rio Cavernoso abaixo até sua barra no Rio Iguaçu; pelo Rio Iguaçu até o ponto de partida."

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) NEREU ALVES DE MOURA,

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 107/95

D E C R E T A:

Art. 1° - Toda pessoa física ou jurídica, inscrita no Programa Estadual de Proteção à Pessoa Deficiente, poderá deduzir dos seus débitos tributários com o Estado, até o limite de 5% (cinco por cento) deste, os valores que comprovadamente tiverem gasto em contribuição feita a entidades destinadas ao cuidado e proteção às pessoas portadoras de deficiência.

Parágrafo Único - Somente poderão receber os benefícios da presente lei, as entidades reconhecidas de Utilidade Pública Municipal, Estadual ou Federal que estejam em dia com suas obrigações fiscais.

Art. 2° - O Estado do Paraná, no âmbito de suas Secretarias, criará o Programa Estadual de Proteção à Pessoa Deficiente, com o objetivo de garantir:

a) a aplicação de até 3% (três por cento) da arrecadação anual dos impostos originados com operações relativas à circulação de mercadorias e de até 5% (cinco por cento) da arrecadação anual dos impostos originados com a transmissão causa mortis, em programas destinados à proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências;

b) o estudo e adoção de políticas estaduais que objetivem garantir às pessoas portadoras de deficiência auxílio e proteção à saúde, educação, habitação, lazer, transporte e habitação. Garantindo de todas as formas o ingresso ao serviço público, igualdade de direitos no trabalho, facilidades na locomoção e acesso, programas de habilitação e reabilitação e o ensino público especializado mesmo após os dezois anos de idade.

c) A uniformização e compatibilização das ações de todas as entidades públicas e privadas que atendam as pessoas portadoras de deficiência;

d) o Cadastro Anual das entidades públicas e privadas voltadas ao atendimento de pessoas portadoras de deficiência, publicando os principais objetivos atingidos;

e) a promoção da integração social das pessoas portadoras de deficiência;

f) a criação do Conselho Estadual dos portadores de deficiência;

g) o desenvolvimento de ações públicas objetivando a prevenção da deficiência, consubstanciada no aconselhamento genético, na assistência pré-natal e no atendimento médico à criança na primeira infância.

Art. 3° - Será instituída na esfera da Procuradoria Geral de Justiça do Estado a Defensoria de Garantia e Proteção aos Por-

tadores de Deficiência, com o objetivo de garantir a ação do Estado contra todo ato de violação aos direitos das pessoas portadores de deficiência.

Art. 4º - As pessoas físicas ou jurídicas que recebem contribuição de pessoas inscritas no Programa Estadual de Proteção à Pessoa Deficiente, deverão prestar contas dos recursos recebidos e da destinação que for aos mesmos dada, anualmente, junto à Defensoria de Garantia e Proteção aos Portadores de Deficiência.

Art. 5º - O Poder Executivo Estadual baixará, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a regulamentação da presente lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná pode, em tese, prescindir de cinco por cento de sua arrecadação tributária, representada pela receita de impostos advindos de operações de circulação de mercadorias e de transmissão "causa mortis".

A soma é significativa, dado o potencial de arrecadação. Porém os investimentos representam a solução de problemas numa área até nunca atendida na proporção que merece.

A lei objetiva atrair colaboradores para elevada tarefa de fazer no Paraná uma verdadeira revolução nacional na área de atendimento às pessoas portadoras de deficiência. Infelizmente, tal não partiu da esfera federal. Porém deverá servir de exemplo para que isso aconteça.

A criação do Programa Estadual de Proteção à Pessoa Deficiente não é uma inovação, mas antes disso uma determinação Constitucional que previu a concorrência dos Estados na elaboração de leis e na adoção de programas que protejam e garantam às pessoas portadoras de deficiências.

O projeto, por si só, não é uma proposta acabada. Deverá receber o debate e a crítica da sociedade de um modo geral e das entidades que há muito já vêm trabalhando no problema e discutindo as formas para superar a questão de forma adulta e voltada para o reconhecimento de que mesmo portando alguma deficiência o ser humano pode ter garantida a sua condição de cidadão.

Os portadores de deficiência são em nosso País uma verdadeira legião. Somam mais de 8% (oito por cento) da população e apesar dos esforços da Constituição Federal muito ou quase nada é feito por este

significativo segmento de nossa sociedade.

Continuam, à revelia da Constituição Federal, sem que tenham a atenção definitiva dos poderes públicos. Ficando para a sociedade, com seus mecanismos de solidariedade, a grande tarefa de contribuir para que os portadores de alguma deficiência tenham garantida a sua integração ao convívio coletivo, assistência e proteção.

Há muito, o Estado do Paraná, pioneiro nas iniciativas sociais, buscava uma legislação que desse aos cidadãos portadores de deficiência um caminho para a sua inclusão social. Sem arremedos ou gestos de piedade.

Temos exemplos bem sucedidos de setores que se encontraram na iniciativa privada a solução para as suas crises de recursos. A lei de incentivo à cultura e a de incentivo aos Desportos são esses exemplos.

Nada mais promissor do que seguirmos esses passos e buscarmos através do apoio decidido da iniciativa privada a solução para falta de programas e ações que se destinem única e exclusivamente aos portadores de deficiências. Esse exército de mais de 15 milhões de excluídos.

Sempre haverá aquele que, pessoa física ou jurídica, tenha a vontade de contribuir para uma causa tão grande quanto a cultura e o esporte. Sempre haverá aqueles que, motivados pela iniciativa da troca tributária, possam ajudar a sociedade a minimizar o drama enfrentado por milhões de portadores de deficiência.

PROJETO DE LEI Nº 108/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Respeitadas as disposições da legislação municipal pertinente para liberação dos alvarás de localização, as academias de artes marciais deverão proceder o seu registro junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública como condição para o seu regular funcionamento.

Parágrafo Único - Por delegação de competência, o cadastro das academias de artes marciais, no âmbito dos municípios, ficará a cargo da Delegacia de Polícia local.

Art. 2º - O registro das academias junto a Secretaria de Estado da Segurança Pública, procedendo o registro na Junta Comercial, conterá o nome, a formação técnica ou escolar e a qualificação de todos os seus sócios e de todos os seus instrutores.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Segurança Pública determinará inspeções

semestrais nas academias, cancelando o registro daquelas que não cumpram as disposições da presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.95

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

As atividades das academias de artes marciais não podem prescindir de uma fiscalização mais presente do Poder Público. Em particular do Poder Público Estadual a quem está determinada a área de Segurança Pública.

A proliferação de academias em todo território do Estado do Paraná faz com que aumente a nossa preocupação não por ser um assunto pertinente à Segurança do Povo somente, mas por envolver uma atividade que gera violência, direta ou indiretamente, mesmo que este não seja o objetivo precípuo dessas academias.

A falta de critérios para a atividade e o fato de não ser ministrada, na generalidade, por mestres saídos das escolas, mas sim por práticos da arte física, gera a obrigação do Poder Público de acompanhar de perto o desenvolvimento dessas atividades. Não como guardião do que se pratica, porém como protetor da sociedade contra o que se forma nessas academias.

Não é regra que tais academias produzam sempre resultados negativos. Porém são inúmeros os casos destes resultados, registrados e divulgados pela imprensa falada e escrita.

O acompanhamento da atividade dessas academias, através de um registro preliminar junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública, passará a exigir dos empreendedores destas atividades pelo menos uma preocupação e maior rigor nos seus resultados.

O que se busca é coibir abusos e manter sob controle a exploração destas atividades econômicas a ponto de permitir que não proliferem o número daqueles que se preparam não para evitar a violência, mas infelizmente para produzir violência.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 109/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema (CIMESPAR), com sede e foro na Cidade de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema (CIMESPAR), vem desenvolvendo ações assistenciais de 2ª e 3ª linha a vários municípios consorciados através dos serviços próprios, do CRE e de serviços de terceiros, garantido a implantação dessas atividades as comunidades dos municípios conveniados obdecendo as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estipulado na Constituição Federal artigos 196 a 200, além de outras atividades que beneficiam todas as cidades que fazem parte do consórcio.

O CIMESPAR não tem fins lucrativos, estando assim em concordância com as leis, podendo ser instituído nos termos da Lei de Utilidade Pública.

Sendo assim gostaria de contar com a colaboração dos nobres Pares desta Casa de Leis, para aprovação da matéria em questão.

PROJETO DE LEI N° 110/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar unidades de Delegacia de Proteção ao Idoso, em todas as Cidades Polos de Microrregião do Estado.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Com a crescente onda de violência que assola as grandes cidades deste País, agravada com a situação social e financeira da grande maioria da população, é necessário propiciar meios para que os idosos quando atingidos em seus direitos, possam procurar e receber atendimento específico.

A instalação de atendimento especializado para o idoso paranaense é necessidade premente, devido aos grandes índices de violência cometidos contra os mesmos.

As Delegacias de Proteção ao Idoso, por serem específicas ao atendimento dos idosos, propiciam maior facilidade de acesso e com isto maior aceleração na solução de seus problemas.

Os idosos merecem ser tratados com todo o esmero que merecem, posto que já contribuíram muito para a sociedade faz-se

mister ampará-los com um órgão especial e indispensável como é o caso da Delegacia de Proteção ao Idoso que, pelas características peculiares, garantirá a defesa de seus direitos essenciais e constitucionais, na proteção de qualquer tipo de violência, agressão ou discriminação.

Pela relevância do tema, e pelos benefícios que oferece à comunidade, contamos com o apoio dos ilustres Parlamentares para a aprovação desta nossa proposição.

PROJETO DE LEI N° 111/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Platinense dos Deficientes Físicos de Santo Antônio da Platina, com sede e foro neste município, do Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O maior objetivo da Associação Platinense dos Deficientes Físicos do Estado do Paraná, é garantir a integração do portador de deficiência física de seu município.

Visando defender este direito, a Associação trabalha no sentido de garantir atendendo na área de saúde, assistência psicológica, reabilitação através de atendimento multidisciplinar, profissionalização através de cursos com objetivo de inseri-los no mercado de trabalho.

Esta Associação ainda visa garantir lazer aos seus associados, enfim, procura atender as necessidades básicas, contribuindo de forma fundamental para uma vida mais digna e humana.

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) CESAR SELEME

PROJETO DE LEI N° 112/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os depósitos, aplicações, arrecadações e pagamentos dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta, inclusive autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Estado, bem como do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, somente poderão ser movimentadas no Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, e nas instituições financeiras que lhe forem coligadas ou controladas.

Parágrafo Único - Os órgãos citados no "caput", deste artigo, deverão:

I - depositar e aplicar no mercado financeiro ou em conta de poupança do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, os recursos provenientes de:

a) garantia em procedimentos licitatórios e em contratos administrativos;

b) cauções de concessionárias de serviços públicos;

c) contratos e operações em que figurem como agentes, agentes financeiros repassadores, agentes administrativos ou fiscalizadores, embora terceiros os mutuários ou beneficiados;

d) fianças que prestarem;

e) valores à ordem do Poder Judiciário ou que dependam de autorização judicial para liberá-los, salvo àqueles que, em virtude de disposições expressa em lei federal, devam ser depositados, obrigatoriamente, em instituições oficiais federais:

f) todas e quaisquer obrigações de cuja relação participem e que estiver, temporariamente, em disponibilidade, enquanto esta perdurar.

II - deverão promover através do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO:

a) o pagamento de seus fornecedores e de entidades subvencionadas, ressalvados os recolhimentos que, em virtude de dispositivo de Lei Federal, deva ser feito em instituição oficial federal;

b) o pagamento de remuneração e benefícios aos seus funcionários e empregados;

c) a transferência de valores correspondentes a receita dos municípios e de recursos, de quaisquer espécie, para entidades de outras praças; e,

d) recolhimento de custas, tributos e demais pagamentos efetivados em juízo.

Art. 2° - As cobranças de tributos e das faturas referentes ao consumo de luz, água e esgoto deverão ser feitas, através do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO.

Art. 3° - O Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, poderá credenciar pessoas jurídicas de direito privado a receber os valores definidos na presente lei, consignado prazo para que os credenciados efetuem os depósitos, em agência especificada.

Art. 4° - Os dirigentes dos órgãos que não atenderem o disposto na presente lei, além de imediata demissão, ficarão adstritos às sanções previstas nos §§ 3° e 5°, do art. 27, § 3°, do art. 75, da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Competirá ao Tribunal de Contas do Estado, no âmbito de suas

atribuições, fiscalizar o cumprimento do determinado na presente lei, aplicando-se, também, no que couber, o que dispõe o art. 76, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 5º - A presente lei será regulamentada através de decreto do Executivo, objetivando disciplinar a matéria.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 17.04.95.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa, antes de tudo, possibilitar que os recursos do Estado sejam centralizados no BANESTADO, e com isto ensejando, ao governo, maiores e melhores meios de tentar resolver os problemas da população paranaense.

Consigne-se, ainda, a impropriedade de se ter os próprios recursos do Estado utilizados por outras instituições financeiras, e não através de sua própria entidade bancária, quando se tem conhecimento que inúmeros projetos, inseridos nas leis orçamentárias, carecem de recursos para serem implementados.

Além deste objetivo, o projeto, se aprovado, possibilitará ao Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas, procedimentos mais consentâneos na função fiscalizadora das entidades que compõem a administração do Estado do Paraná.

Pelo que supra se expôs e por muito mais que, por certo, poderia e será aditado, o plano de lei apresentado, deverá obter aprovação unânime desta Casa de Leis, e assim fazendo, não só estaremos possibilitando ao Executivo recursos necessários para atender o que se prometeu em campanha eleitoral, como, também, ensejando, ao próprio Legislativo, instrumentos mais adequados no que tange a sua função fiscalizadora, aos órgãos que compõem o Legislativo.

Assim sendo, conclamamos a urgente aprovação do presente e, com isto, estará este Legislativo, efetivamente, atendendo os seus desígnios.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMÕES - Senhor Presidente, Srs. Deputados, venho neste momento em que ao mesmo tempo dou entrada na Mesa dessa Casa dois Projetos de Lei de autoria desse Deputado. O primeiro estabelece a obrigatoriedade do registro das academias de artes marciais junto à Secretaria de Estado de Segurança do Paraná.

(Passa a ler, xerox em anexo)

O Deputado Carlos Simões (PFL), de

conformidade com o que dispõe o Art. 123 e seus parágrafos, do regimento interno da Assembleia do Estado do Paraná.

"Estabelece a obrigatoriedade do registro das academias de artes marciais junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública".

Art. 1º - Respeitada as disposições da legislação municipal pertinente para liberação dos alvarás de localização, as academias de artes marciais deverão proceder o seu registro junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública como condição para o seu regular funcionamento.

Parágrafo Único - Por delegação de competência, o cadastro das academias de artes marciais, no âmbito dos municípios, ficará a cargo da Delegacia de Polícia local.

Art. 2º - O registro das academias junto a Secretaria de Estado da Segurança Pública, procedendo o registro na Junta Comercial, conterà o nome, a formação técnica ou escolar e a qualificação de todos os seus sócios e de todos os seus instrutores.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Segurança Pública determinará inspeções semestrais nas academias, cancelando o registro daquelas que não cumpram as disposições da presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Estado do Paraná, 10 de abril de 1995.

(a) CARLOS SIMÕES

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI

As atividades das academias de artes marciais não podem prescindir de uma fiscalização mais presente do Poder Público. Em Particular do Poder Público Estadual a quem está determinada a área de Segurança Pública.

A proliferação de academias em todo território do Estado do Paraná faz com que aumente a nossa preocupação não por ser um assunto pertinente à Segurança do Povo somente, mas por envolver uma atividade que gera violência, direta ou indiretamente, mesmo que este não seja o objetivo precipuo dessas academias.

A falta de critérios para a atividade e o fato de não ser ministrada, na generalidade, por mestres saídos das escolas, mas sim por práticos da arte física, gera a obrigação do Poder Público de acompanhar de perto o desenvolvimento dessas atividades. Não como guardião do que se pratica, porém como protetor da sociedade contra o que se forma nesses academias.

Não é regra que tais academias produzam sempre resultados negativos. Porém são

inúmeros os casos destes resultados, registrados e divulgados pela imprensa falada e escrita.

O acompanhamento da atividade dessas academias, através de um registro preliminar junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública, passará a exigir dos empreendedores destas atividades pelo menos uma preocupação e maior rigor nos seus resultados.

O que se busca é coibir abusos e manter sob controle a exploração destas atividades econômicas a ponto de permitir que não proliferem o número daqueles que se preparam não para evitar a violência, mas infelizmente para produzir violência.

É a justificativa

(a) CARLOS SIMÕES

Deputado Estadual

É com intuito realmente de aprimorar e adequar esta atividade econômica, físico-cultural também à legislação e às normas e as regras da lei, que nós propusemos este Projeto. No momento também em que tanto se debate, se fala, se comenta sobre a violência daqui e de lá, nós propusemos isso também como uma forma de contribuição como Projeto de Lei para que o Executivo, para que o Secretário de Segurança Pública, que vem dentro da medida do possível, do orçamento que tem a Segurança Pública do Paraná, desenvolver um trabalho realmente interessante, inovador na polícia, na política de Segurança Pública do Paraná o Cândido Martins de Oliveira.

Mas outro Projeto. Estabelece normas de proteção e garantia...

(Passa a ler, xerox em anexo)

O Deputado Carlos Simões (PFL), de conformidade com o que dispõe o Art. 123 e seus parágrafos, do regimento interno da Assembléia do Estado do Paraná.

"Estabelece Normas de Proteção e Garantia das Pessoas Portadoras de Deficiência, Cria o Programa Estadual de Proteção à Pessoa Deficiente e dá outras Providências."

Art. 1º - Toda pessoa física ou jurídica, inscrita no Programa Estadual de Proteção à Pessoa Deficiente, poderá deduzir dos seus débitos tributários com o Estado, até o limite de 5% (cinco por cento) deste, os valores que comprovadamente tiverem gasto em contribuição feita a entidades destinadas ao cuidado e proteção às pessoas portadoras de deficiência.

Parágrafo Único - Somente poderão receber os benefícios da presente Lei as entidades reconhecidas de Utilidade Pública municipal, Estadual ou Federal que estejam em dia com suas obrigações fiscais.

Art. 2º - O Estado do Paraná, no âmbito de suas Secretarias, criará o Programa Estadual de Proteção à Pessoa Deficiente com o objetivo de garantir.

a) a aplicação de até 3% (três por cento) da arrecadação anual dos impostos originados com operações relativas à circulação de mercadorias e de 5% (cinco por cento) da arrecadação anual dos impostos originados com a transmissão causa mortis, em programas destinados à proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências;

b) o estudo e adoção de políticas estaduais que objetivem garantir às pessoas portadoras de deficiência auxílio e proteção à saúde, educação, habitação, lazer, transporte, e habitação. Garantindo de todas as formas o ingresso ao serviço público, igualdade de direitos no trabalho, facilidades na locomoção e acesso, programas de habilitação e reabilitação e o ensino público especializado mesmo após os dezesseis anos de idade.

c) a uniformização e compatibilização das ações de todas as entidades públicas e privadas que atendam as pessoas portadoras de deficiência;

d) o cadastro anual das entidades públicas e privadas voltadas ao atendimento de pessoas portadoras de deficiência, publicando os principais objetivos atingidos;

e) a promoção da integração social das pessoas portadoras de deficiência;

f) a criação do Conselho Estadual dos Portadores de Deficiência;

g) o desenvolvimento de ações públicas objetivando a prevenção da deficiência, consubstanciada no aconselhamento genético, na assistência pré-natal e no atendimento médico à criança na 1ª infância.

Art. 3º - Será instituída na esfera da Procuradoria Geral de Justiça do Estado a Defensoria de Garantia e Proteção aos Portadores de Deficiência, com o objetivo de garantir a ação do Estado contra todo ato de violação aos direitos das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 4º - As pessoas físicas ou jurídicas que recebem contribuição de pessoas inscritas no Programa Estadual de Proteção à Pessoa Deficiente deverão prestar contas dos recursos recebidos e da destinação que for aos mesmos dada, anualmente, junto à Defensoria de Garantia e Proteção aos Portadores de Deficiência.

Art. 5º - O Poder Executivo Estadual baixará, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a regulamentação da presente lei.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Estado do Paraná, 09 de março de 1995.

(a) CARLOS SIMÕES

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI

Os portadores de deficiência são em nosso país uma verdadeira legião. Somam mais de 8% (oito por cento) da população e apesar dos esforços da Constituição Federal muito ou quase nada é feito por este significativo segmento de nossa sociedade.

Continuam, à revelia do que a Constituição Federal, sem que tenham a atenção definitiva dos poderes públicos.

Ficando para sociedade, com seus mecanismos de solidariedade, a grande tarefa de contribuir para que os portadores de alguma deficiência tenham garantida a sua integração ao convívio coletivo, assistência e proteção.

Há muito, o Estado do Paraná, pioneiro nas iniciativas sociais, buscava uma legislação que desse aos cidadãos portadores de deficiência um caminho para a sua inclusão social. Sem arremedos ou gestos de piedade.

Temos exemplos bem sucedidos de setores que se encontraram na iniciativa privada a solução para as suas crises de recursos. A lei de incentivo à cultura e a de incentivo aos Desportos são esses exemplos.

Nada mais promissor do que seguirmos esses passos e buscarmos através do apoio decidido da iniciativa privada a solução para falta de programas e ações que se destinem única e exclusivamente aos portadores de deficiências.

Esse exército de mais de 15 milhões de excluídos.

Sempre haverá aquele que, pessoa física ou jurídica, tenha a vontade de contribuir para uma causa tão grande quanto a cultura e o esporte.

Sempre haverá aqueles que, motivados pela iniciativa da troca tributária, possam ajudar a sociedade a minimizar o drama enfrentado por milhões de portadores de deficiência.

O Estado do Paraná pode, em tese, prescindir de cinco por cento de sua arrecadação tributária, representada pela receita de impostos advindos de operações de circulação de mercadorias e de transmissão causa mortis.

A soma é significativa, dado o potencial de arrecadação. Porém os investimentos representam a solução de problemas numa área até nunca atendida na proporção que merece.

A lei objetiva atrair colaboradores para elevada tarefa de fazer no Paraná uma verdadeira revolução nacional na área de atendimento às pessoas portadoras de deficiência. Infelizmente, tal não partiu da esfera federal. Porém deverá servir de exemplo para que isso aconteça.

A criação do Programa Estadual de Proteção à Pessoa Deficiente não é uma inovação, mas antes disso uma determinação Constitucional que previu a concorrência dos Estados na elaboração de leis e na adoção de programas que protejam e garantam as pessoas portadoras de deficiências.

O projeto, por si só, não é uma proposta acabada. Deverá receber o debate e a crítica da sociedade de um modo geral e das entidades que há muito já vêm trabalhando no problema e discutindo as formas para superar a questão de forma adulta e voltada para o reconhecimento de que mesmo portando alguma deficiência o ser humano pode ter garantida a sua condição de cidadão.

É a justificativa.

E os comunicadores do Paraná, os Deputados, eleitos através do rádio e da televisão, e não só estes, mas nos seus Gabinetes, prezados colegas, se observa todos os dias, o desespero de pessoas que precisam de uma prótese, de uma ajuda, de um amparo, de um movimento, de um tratamento, de alguma coisa que os faça se movimentar, de um óculos especial, alguma coisa nesse nível, e não se consegue em lugar nenhum.

Vão no serviço público municipal, não tem; lá eles arrumam montes de explicações, que na verdade, não levam a lugar nenhum. Aí ele parte para os órgãos públicos do Estado do Paraná, da mesma forma não se encontra.

Nós tínhamos e temos até agora a Secretaria do Bem-Estar Social, no Paraná. Eu lembro que no Governo passado, e pergunto aos Deputados dessa Casa, pouco ou nada foi feito, de real, para movimentar, para amparar o deficiente físico, de uma forma ou de outra, no Estado do Paraná.

Então essa idéia é mais uma sugestão, Senhor Presidente, para que o Poder Executivo, no afã de fazer as coisas boas e sãs para a população, vai aqui da Assembléia, vai deste Deputado esta sugestão.

Meus colegas, Deputados, o que se observa na verdade, na prática, no Brasil inteiro, se gasta dinheiro e mais dinheiro, se libera dinheiro com facilidade quando se vai construir o canal extravasor para grandes empreiteiras, se libera dinheiro com facilidade, quando vão construir um novo aeroporto aqui na grande Curitiba, dinheiro vem de todos os lados, com facilidade.

Mas quando se fala na Saúde Pública, no bem maior que é o nosso povo e a nossa gente, nunca tem dinheiro! E são as Secretarias menos adotadas financeiramente, a da Saúde, a da Educação e a da Segurança Pública e do Bem-Estar Social, que devem

Curitiba, segunda, em 17.04.95

amparar o nosso povo e a nossa gente, que contribuiu, que contribui, que paga os impostos da mesma forma e do mesmo jeito como qualquer pessoa mais abastada financeiramente.

São sugestões que estamos transformando em Projeto de Lei e que vão para o Executivo, que seja usado, de uma forma ou de outra, para amenizar a dor de pessoas que tanto sofrem, neste Brasil.

E lembro aqui aos Senhores Deputados, que são os agentes do povo do Paraná, os legítimos, que não abandonam as suas bases, que vão nos municípios, que vão em suas rádios, nas televisões, que têm contato direto com a população, sabem o quanto este povo sofre. Quanto este povo está esquecido.

E observamos em Curitiba, no Paraná, ao longo dos anos, milhões e milhões de dólares sendo gasto em publicidade, transformando os políticos do Paraná em preguiçosos, em vendedores de ilusões.

Vem as pesquisas e mostram: "O homem está aí com 80% de aprovação". Ele olha aquilo, a vaidade lhe toma conta, viu Ricardo Chab, e ele vai pescar, viajar e o Paraná fica entregue ao Deus dará.

Temos aqui - e sempre falo - e repito mais uma vez, os reis da publicidade. Quem faz bem, quem trabalha bem não precisa ficar vendendo essa imagem desta auto-promoção que observamos nos últimos doze anos no Paraná, esquecendo que isso é para gente que não trabalha de verdade.

Aqui se falava que era o Brasil que deu certo. Aonde? Quatrocentas obras paradas no Paraná, Curitiba sem água, a segurança pública falida, com problemas e mais problemas.

O prédio do Fórum - 24 milhões de reais - pode ser implodido, e não tem dinheiro para amparar um hospital, uma creche para cuidar do seu povo e da sua gente.

Este mesmo povo - Governantes de Curitiba e do Paraná - que elegem vocês, que os colocam nas alturas e na glória, está acordando esse povo, está largando mão de ser trouxa, peteca, jogado para cá e para lá, de ser iludido com as televisões e com a mídia dos jornais, propaganda fácil, mentirosa e enganosa.

Pergunto a você, Deputado de qualquer canto do Paraná, se este povo está feliz e contente? Não está.

Está vivendo muito mal. Cadê o "Panela Cheia", como está hoje o agricultor do Paraná e assim por diante.

São impressões que devemos discutir e conversar, e acordar os Palácios onde estiveram por esse Brasil à fora. São Paulo da mesma forma, se vendia uma imagem extraordinária, de um País dentro do Brasil, está falido, quebrado, e a ladrãozada,

ainda são, no final das contas, heróis do povo, pela mídia, por propaganda mentirosa e enganosa que as televisões do Brasil inteiro veicularam, e nós aqui do Paraná não estamos fora não.

O Paraná é um grande Estado, não pelos seus políticos de Palácio não, pelo seu povo, pela sua gente que acordada de madrugada, que vai à luta, que trabalha, cumpre as suas obrigações, o homem que levanta cedo aqui na grande Curitiba, toma ônibus, bate cartão, paga luz, paga água quando tem, paga da mesma forma quando não tem.

O povo, meus amigos Senhores Deputados, cumpre suas obrigações, que os Palácios, que os governantes cumpram também, façam aquilo que se apregoeou em campanha, ouvimos muita mentira, muita cascata, mas graças à Deus está havendo hoje uma consciência límpida, cristalina no Paraná e em Curitiba.

Sempre falo onde vou, quando você vê na televisão e nos rádios propaganda de Prefeito e de Governador, veja bem se não é mentira, porque até agora, Deputado Toti Colaço, Irati que o diga, quanta mentira ouviu, quanta propaganda enganosa, aí vem a pesquisa, estou com 90% aí vou passear nos Estados Unidos, vou pescar no Pantanal, porque o Paraná é perfeito, empobrecendo, perdemos dois milhões de paranaenses nos últimos anos que saíram daqui, porquê?

Pela inoperância política, porque o povo nosso é muito bacana, bom, sempre está bem. Estava suportando, mas hoje não suporta mais. Sinto no final deste século, no final do milênio, que haverá transformações bonitas e grandes, nunca pela violência, mas pela inteligência e pela conscientização desse povo de primeira grandeza, incluindo todos nós aqui do Paraná.

É isso Senhor Presidente, Senhores Deputados, muito obrigado.

Quero também neste momento, colocar meu inteiro apoio ao Projeto do Deputado Algaci Túlio para autorizar o plebiscito para a formação do Pontal do Paraná, das praias do Paraná, do nojo, do lixo, do abandono, da podridão, do mosquito, da cobra, do esquecimento que é o litoral do Paraná, o litoral mais fedido do Brasil, mais abandonado do Brasil, uma chuva que se dê não se anda mais, uma vergonha, esquecido pelos palácios e também pelos Prefeitos do litoral.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de passarmos ao próximo Orador inscrito, associamo-nos ao ilustre Deputado Walmor Trentini, que anuncia a presença entre nós, do Presidente do PDT de Tamboara, Vereador Elizeu Geraldo, acompanhado de sua

esposa dona Maria do Carmo Martins e ainda o Vereador Narbal Volpato.

Em seguida passamos a palavra ao Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

"O Governo Federal preparou o espírito do povo brasileiro, através da fulminante arma que é a mídia, especialmente televisiva, para que começássemos a apoiar mudanças, que ele chama de reforma, dizendo que sem isso o Brasil não cresceria, não teríamos condições de competitividade internacional.

Não falou durante sua campanha eleitoral, que iria acabar com conquistas dos mais humildes, consagradas há décadas e uma das reformas é extremamente ofensiva aos velhinhos, aos desamparados, àqueles que com um salário mínimo de aposentadoria garante a exclusão da marginalidade e ainda reserva um pouco para comprar seu remédio contra a hipertensão. Com um mote amplamente divulgado, dizendo que existe privilégios, gente se aposentando com salário de marajá, coloca todo mundo no mesmo barco e elimina o amparo ao cidadão que mais necessita.

Hoje quero refletir um pouco sobre a reforma que o governo quer fazer da previdência e sobre a reforma que penso sobre os homens públicos que esraçalharam com a previdência e hoje um deles é seu Ministro. Vou usar dados fornecidos pelo DESER, pela Câmara Federal, pela Folha de São Paulo e pela Folha do Aposentado.

O governo finalmente entregou ao congresso as suas propostas para a Reforma da Previdência na Constituição. A emenda altera 15 artigos da Constituição, através de mudanças completa na redação e no conteúdo, de supressão e de acréscimos.

A parte que altera a Constituição atinge basicamente:

1. os regimes previdenciários dos funcionários públicos civis da União, Estados e Municípios, dos militares e dos funcionários de outros poderes da União;
2. os regimes complementares privados, vinculados aos órgãos públicos e estatais;
3. o custeio da seguridade social;
4. os benefícios do regime geral da Previdência;
5. e os benefícios da Assistência Social.

Selecionei alguns tópicos para comentar.

A reforma previdenciária prejudicará todas as categorias de trabalhadores. Os trabalhadores rurais são atingidos especialmente na idade da aposentadoria. Deixa de constar na Constituição a idade mínima para a aposentadoria. Existe uma regra para transição, mas é praticamente certo que

Curitiba, segunda, em 17.04.95

o governo, na lei complementar altere novamente esse limite de idade.

Outro aspecto que deve preocupar os pequenos agricultores é a retirada da Constituição da forma com que estes contribuem e participam da seguridade social. Atualmente, a Constituição define que a contribuição define a contribuição se dá através de um percentual sobre o resultado da comercialização da produção, esta definição vai para as regras transitórias, isto não deve perdurar. É também, possível que se determine a necessidade de pequenos agricultores contribuírem mensalmente, como autônomos, o que inviabilizará o acesso à previdência para a grande maioria.

Nos itens do custeio, além de manter os já existentes, determina também que deve haver recolhimento sobre os rendimentos pagos pelas empresas a qualquer pessoa física, com ou sem vínculo empregatício e sobre o valor dos benefícios pagos pela própria previdência.

Sai do texto constitucional a isenção de contribuição para a seguridade social para entidades beneficentes.

Fica de fora a proibição de empresas que têm dívidas com a seguridade de participar de licitações e obter benefícios e incentivos fiscais ou de crédito. Este dispositivo faz parte apenas das disposições transitórias.

Elimina dos objetivos da Previdência a cobertura dos eventos ocorridos por acidentes de trabalho e a pensão por morte ao cônjuge.

Extingue as aposentadorias especiais como a dos professores, que será imediata, sem um período de transição.

É eliminado a obrigatoriedade da gratificação natalina (chamado 13º salário) dos aposentados e pensionistas ter o mesmo valor do benefício de dezembro.

As aposentadorias e pensões com valor superior ao limite de isenção do imposto de renda passarão na fonte.

Os benefícios assistenciais deixam de estar vinculados ao salário mínimo; isso possibilita que a grande maioria dos benefícios pagos aos trabalhadores rurais (especialmente aqueles que foram concedidos na época do Funrural, que são benefícios concedidos a pessoas que não contribuíram diretamente) sejam repassados para a Assistência Social e portanto, recebam valores inferiores ao salário mínimo.

Bem, poderíamos ficar enumerando todas as maldosas intenções, mas vamos refletir a lógica da dita reforma feita por homens que também necessitam dela.

O projeto das emendas previdenciárias tem uma lógica de fundo: o aprofundamento do projeto neoliberal. De um lado, especialmente quando trata dos servidores públicos, pretende reduzir os gastos orça-

Curitiba, segunda, em 17.04.95

mentários e atacando aquilo que, para o governo, é uma das principais causas do déficit público: o dito "excessivo" gasto com pessoal, ativo e inativo. Assim, pretende manter o equilíbrio das contas públicas atacando o item pessoal, além, das privatizações e da quebra do monopólio estatal em setores estratégicos de barganha internacional.

Por outro lado, o enfoque de reforma se dá para o fortalecimento do setor privado, via privatização da Previdência. Tal questão se reflete na abertura para a privatização das contribuições e benefícios complementares, buscando atingir as pessoas com maior poder aquisitivo e para a possibilidade de privatização dos benefícios por acidente de trabalho.

A extinção de benefícios, a preocupação em dificultar e retardar o acesso a benefícios na medida em que desmotiva as pessoas para a Previdência Social Pública, e incentiva especialmente as que têm um ganho melhor a buscarem Planos de Previdência Privada.

Explicitamente o governo diz que as reformas são necessárias para viabilizar já e futuramente a Previdência Social. Esta é uma meia verdade. É evidente que a Previdência tem problemas e, sobretudo, que poderia estar bem melhor do que está. Porém a sua viabilização passa principalmente por ajustes de ordem técnica e gerencial, repito, o problema está no gerenciamento, ajustes estes para os quais não existe vontade política e determinação por parte do atual governo e nem existiu por parte dos governos que o antecederam.

O mau gerenciamento é que traz problema na Previdência, privilégios descabidos por conta deste mau gerenciamento é que traz problemas para a Previdência. E é exatamente aqueles que gerenciaram ou usaram dos privilégios, passando ao largo da moral, da ética e da legalidade que colaboram com a má fama do sistema. E exatamente pessoas aposentadas como o próprio Ministro da Previdência Sr. Reinhold que fizeram o estrago. Agora querem, dividir o ônus com os mais pobres, com os excluídos, por conta do mau gerenciamento e do abuso de privilégios.

O Sr. Reinhold Stephanes foi nomeado para a Prefeitura de Curitiba a partir de 31.12.63. Já em 1966 foi colocado à disposição do Ministério da Agricultura. Em maio de 75, conseguiu o prodígio de ficar à disposição de dois Ministérios ao mesmo tempo, o da Cultura e o da Previdência. Depois de 45 dias de licença para campanha eleitoral, foi posto à disposição da Secretaria Paranaense de Agricultura e, em 83, obteve nova licença, para exercer o mandato.

Reinhold aposentou-se em 11 dezembro

Pág. 21

de 85, portanto 22 anos depois de tornar-se funcionário. Aposentou-se pela Prefeitura de Curitiba, mas nela esteve menos de quatro anos. Completou seu tempo incluindo o período de serviço militar e o período em que foi estudante de escola técnica. E aí há algo vergonhoso: a lei permite a contagem do tempo em escola técnica desde que o aluno tenha prestado serviço remunerado, contudo não encontrou-se nenhuma comprovação de que ele fosse remunerado pela Técnica do Paraná. Contou em dobro férias e licenças prêmios não gozadas.

O que queremos refletir aqui não é somente o caso pessoal, mas o péssimo exemplo que vem do mais alto escalão da Previdência, modelo de sistema que está como dizem esgotado, exatamente pelos privilégios oferecidos a alguns em detrimento da grande maioria.

Sr. Presidente, solicito o Horário da Liderança do PP.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a aquiescência da Deputada Irondy Pugliesi, V.Exa. continua com a palavra.

O SR. IRINEU COLOMBO - Sr. Presidente, caros Deputados e Deputada.

O PT, Partido dos Trabalhadores tem suas propostas. Oportunamente vamos detalhá-la com mais critérios, mas o atual Governo tem que cuidar especialmente da questão da fraude e do gerenciamento. Tem que passar primeiro por este crivo, apresentar dados reais sem camuflagem, por que se não caímos na vergonha de ter um privilegiado pelo sistema, um liberal que governou, que ajudou a montar o sistema, gerenciar o sistema, agora vem falar contra esse próprio sistema de previdência.

O próprio Governo é um grande sonegador da Previdência. (LE):

"Dos mais de 15 bilhões arrecadados pelo Tesouro Nacional, entre janeiro e novembro de 1994, do COFINS e da Taxa sobre o Lucro Líquido, apenas R\$ 1 bilhão foi repassado para a Previdência.

As dívidas das empresas, privada e públicas para a Previdência são assustadoras. No final de 1991, haviam 301.622 empresas em débito com a Previdência Social. A grande maioria destes débitos dizem também respeito às contribuições recolhidas dos trabalhadores e não repassadas ao INSS pela empresa. Em 93, grande parte desta dívida foi negociada pelo Ministro Brito, com prazos de até 8 anos para pagamento e com descontos excepcionais.

Na área administrativa, o próprio ministério admite gastos que chegam a 10% das despesas globais, são muito elevados e que poderiam situar-se no patamar de 3%, ou seja por má administração a Previdência desperdiça em torno de R\$ 2 bilhões

O sistema gerencial da Previdência está completamente ultrapassado. O sistema de informatização é obsoleto, atrasada em pelo menos 20 anos. A DATAPREV não consegue cruzar informações com dados da RAIS, do FGTS e da Receita Federal. Não teve pernas para implantar o Cadastro Nacional dos Trabalhadores. Não consegue detectar fraudes simples na concessão de benefícios.

E apesar disso a Previdência se mantém, sempre fecha o ano com saldo positivo. Por isso antes de tudo precisamos realizar uma ampla auditoria na Previdência.

O sistema de Previdência Social é viável:

Nos últimos 3 anos, cresceu o número de beneficiários, em função das conquistas de 88. Na área rural foram acrescidos quase 2 milhões de benefícios em 92 e 93. A Previdência pagou o reajuste de 147% aos aposentados. Atualizou o valor dos benefícios, recuperando a defasagem em relação ao salário mínimo. Já pagou mais de 50% dos benefícios que, entre outubro de 88 e abril de 91, foram inferiores a um salário mínimo. As aplicações financeiras diminuíram com a redução da inflação. E ainda assim, chegou no final do ano passado com um saldo de R\$ 1 bilhão e 800 mil reais.

Esses aspectos demonstram que a Previdência é viável, seu problema é o gerenciamento.

As mulheres, os agricultores, os bóias-frias, os mais pobres da sociedade serão os grandes perdedores se a reforma vingar.

Não há dúvidas de que algumas mudanças estruturais são efetivamente necessárias (como a aposentadoria dos parlamentares após 8 anos de mandato e a dos juízes após 5 anos de exercício da função), mas a lógica para tais reformas tem que ser outra, onde o trabalhador esteja no centro das propostas.

Gestão democrática, bom gerenciamento e discussão ampla com a sociedade, eis a saída para a previdência.

Por isso, a luta por uma Previdência social, justa, viável e democrática é muito maior do que a simples defesa dos direitos adquiridos. É uma luta contra o neoliberalismo. Essa é a principal questão que está em disputa neste processo de reformas constitucionais e da reforma previdenciária.

O governo usou o dinheiro da Previdência, aquele que entra no Tesouro, para outros fins; agora manipula informações, pessoas como o Ministro atual que neste posto esteve tempos atrás sucateiam o sistema para garantir a privatização; segundo a revista "ISTO É" Stephanes defende mais

suas idéias que as do governo e "é o campeão das trapalhadas". Defende idéias por modismo e interesse próprio, pois sempre foram os liberais que administraram as estatais, o Sistema Previdenciário e não conseguiram gerenciá-los a contento, agora apregoam a privatização.

A previdência tem problemas, mas homens como o próprio Ministro é que a fizeram assim. Portanto temos é que começar a reformar o Brasil e os seus homens públicos, e não cortar benefícios de bóias-frias, operários e agricultores com o argumento que está resolvendo o problema de privilégios de alguns.

Segundo Jânio de Freitas, "Não é verdade, portanto, que a aposentadoria de Reinhold Stephanes esteja ética, moral e legalmente correta, se prestou serviço à Prefeitura de Curitiba por menos de 4 anos e por apenas outros 18 anos em ministérios, e, sobretudo, se envolve suspeita de acumulação de disponibilidade e remuneração escolar ainda por ser comprovada". Mas explica na sua conduta que o atual projeto de reforma previdenciária é imoral e anti-ético, é modismo, sem amparo estatístico e recheado de contradições, contra aquele do povo brasileiro, que mais necessita do amparo social.

Como alguém já escreveu: quem vive à custa de um estado falido e pretende reformá-lo, não pode tirar dos outros aquilo que coloca no seu.

Agradeço a atenção de todos."

O Sr. Doutor Rosinha - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Agradeço o aparte concedido. A Previdência, está mais do que claro que ela necessita de algumas mudanças como falou Vossa Excelência. E o Partido ao qual pertencemos também tem defendido essas mudanças. Mas são mudanças diferentes da que ora é proposta pelo Ministro Reinhold Stephanes. Estamos propondo um fundo único entre todas as previdências e com os direitos iguais. E a Previdência acima de tudo tem que ser solidária. O Ministro Reinhold Stephanes recentemente escreveu no jornal "Folha de Imprensa" que os descontos, ou seja, o montante pago pelos trabalhadores rurais é insuficiente para aposentá-los. Isso ao fazer uma análise da Previdência constata-se que não é mentira, a aposentadoria seria num patamar muito baixo, seria medíocre se fosse levar em consideração somente aquele setor. Quer dizer, ele faz o diagnóstico correto, mas faz o tratamento errado, aí ele propõe essas mudanças hoje, na qual não está propondo um fundo solidário.

Para resolver o problema daqueles trabalhadores o fundo tem que ser solidário,

ou seja, aquele que mais ganha, ou o empresário que tem um grande patrimônio, um grande capital, tem que ser taxado esse patrimônio e esse capital mais do que é hoje, porque hoje praticamente não é, como por exemplo, a cobrança de imposto de renda de quem paga só a pessoa física. É lógico que o Tesouro do Estado tem que investir, e mesmo cobrando mais desse setor empresarial e mais do Tesouro do Estado, não sonegando a parte que lhe cabe, vai constituir um fundo solidário. E esse fundo solidário pode, e permite, que se pague a Previdência a esses trabalhadores.

Um outro tema abordado pelo Ministro diz respeito ao seguinte, ele diz: "É verdade que a Previdência Social investiu na Companhia Siderúrgica Nacional na Ponte Rio-Niterói, na Itaipu, mas isso é passado, vamos esquecer." Entendemos que investimentos desse porte é investimento para desenvolvimento do País, então não tem que ser dado, não pode ser dádiva, tem que ter um retorno para o Caixa da Previdência, inclusive com juros e correção monetária do que isso está rendendo no desenvolvimento do País, ou seja, tem que se usar o Fundo de Previdência para o fomento do desenvolvimento econômico, do nosso País. E esse fomento tem que dar o retorno econômico, para que possa sustentar, a longo prazo, as aposentadorias de todos os trabalhadores.

Hoje, a questão da Previdência não é questão de mudança da Constituição, mas sim fazendo correção na Lei Complementar, corrigindo distorções que tem esta Lei, consegue-se que a Previdência sobreviva ainda por muitos e muitos anos, se não tiver corrupção e se todos aqueles que hoje deixam de pagar, sonegam, forem punidos e começarem a pagar.

Muito obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO - Sr. Presidente, para concluir, o tom desta falação é o tom da referência, é o tom do exemplo. Poderíamos começar a discutir o Brasil pela Reforma Tributária, como foi proposta do Partido dos Trabalhadores, podemos discutir o Brasil pelas propostas que já estão sendo apresentadas na previdência, mas o problema que colocamos é exatamente as raposas para fazer Leis e serem os xerifes de nosso galinheiro!

Aí é complicado, porque se os liberais até hoje administraram, com a experiência de liberais e não conseguiram fazer a máquina andar, o que estão fazendo agora é um modismo para entregar exatamente na mão de algumas empresas que querem abocanhar este filé, que é o filé previdenciário, o quinhão previdenciário, no Brasil.

Essa é uma discussão muito longa e a prometemos voltar novamente com mais da-

dos, e está cheio de dados aqui, mas o tempo é muito curto para discorrermos sobre todos eles.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGUETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

São vários itens que gostaria de debater nessa Casa. O primeiro deles: entro com um projeto de lei, nesta Casa, autorizando, senão já vão dizer que é inconstitucional. Tudo que entra neste País é inconstitucional, o que é constitucional é roubar é meter a mão no dinheiro do povo, é ser corrupto, ladrão, canalha! Agora quando você planta idéias boas, idéias que venham de encontro à família brasileira, aí já é inconstitucional! Então, estou pedindo ao Sr. Governador do Estado do Paraná, que crie, nas unidades, nas cidades pólos, um exemplo, Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Guarapuava, Cascavel, Maringá, Paranavaí, Cornélio, todas as microrregiões, vão ter que ter a Delegacia de Proteção ao Idoso.

Porque é muito fácil você falar no idoso. É muito fácil você chegar, em época de eleição, aparecer no Horário do TRE, aparecer em cima de um caminhão, primeiro canta o Chitãozinho e Xororó, depois vem a Sula Miranda, aí vem você, com rajar de foguetes: "Meu idoso, minha mãe, meu pai, quando eleito for, você será a meta prioritária do meu Governo." Haja paciência para aguentar esta balela, esta cascata, a cada 4 anos, na política brasileira deste País!

Estou entrando hoje pedindo a criação da Delegacia de Proteção ao Idoso, se existe em São Paulo, por que não existir no Paraná? Temos que ter uma Delegacia especializada, meu Deus do Céu, quantos idosos são assaltados? Sexta-feira vi no centro da Capital, um vagabundo, um canalha, um animal derrubar uma Senhora de 70 anos de idade, machucou as pernas dessa Senhora, as mãos, ela foi socorrida, mas o canalha levou a bolsa onde estavam seus documentos, seu dinheiro da sua aposentadoria. Aí vieram três policiais militares, "venha aqui ao módulo registrar queixa". Isso não resolve nada, temos que ter um delegado especial da Polícia Civil para atender dentro da delegacia, temos que ter uma psicóloga, temos que ter um assistente social, temos que ter um advogado, temos que ter uma delegacia que dê apoio realmente ao idoso no Estado do Paraná.

A Súmula que elaboramos é a seguinte (Lê):

"PROJETO DE LEI N°

JUSTIFICATIVA:

Com a crescente onda de violência que assola as grandes cidades deste País, agravada com a situação social e financeira da grande maioria da população, é necessário propiciar meios para que os idosos quando atingidos em seus direitos, possam procurar e receber atendimento específico.

A instalação de atendimento especializado para o idoso paranaense é necessidade premente, devido aos grandes índices de violência cometidos contra os mesmos.

As Delegacias de Proteção ao Idoso, por serem específicas ao atendimento dos idosos, propiciam maior facilidade de acesso e com isto maior aceleração na solução de seus problemas.

Os idosos merecem ser tratados com todo o esmero que merecem, posto que já contribuíram muito para a sociedade faz-se mister ampará-los com um órgão especial e indispensável como é o caso da Delegacia de Proteção ao Idoso que, pelas características peculiares, garantirá a defesa de seus direitos essenciais e constitucionais, na proteção de qualquer tipo de violência, agressão ou discriminação.

Pela relevância do tema, e pelos benefícios que oferece à comunidade, contamos com o apoio dos ilustres parlamentares para a aprovação desta nossa proposição.

O idoso já está cansado de ver rasgarem a Constituição na sua cara, no seu ventre.

Pela relevância deste tema e pelos benefícios que vai oferecer às comunidade eu conto com o apoio dos ilustres Parlamentares para aprovação desta minha proposição, conto com o apoio de todos os Srs. Deputados.

Não estou pedindo voto de partido, partido para mim não faz político, o que faz o Partido é o político que tem vergonha na cara, isto sim, homens sérios, e esta Assembléia é séria, é de homens sérios, é de uma mulher séria e eu tenho certeza que nós estamos aqui com seriedade para criarmos idéias, para atravessar essa barra de concreto, que chegue no Palácio, na cabeça do Governador, abra a sua cabeça, não o seu secretariado, abra a cabeça dele e que ele crie a 1ª Delegacia de amparo aos idosos do Paraná.

Segundo, estou pedindo aqui, porque passem os Senhores, outro dia a Rede Manchete, o SBT, a Bandeirantes do Deputado Ricardo Chab, a CNT, a Rede Globo, fez um carnaval fantástico, mas tivemos análise do Luiz Nassif do Jornal da Bandeirantes, tivemos análise do Carlos Chagas, tivemos análise de jornalistas entendidos, e a principal análise Srs. Deputados, foi do grande estadista Leonel Brizola no seu programa do PDT, não sei se vocês tiveram

oportunidade de assistir o pronunciamento do grande estadista brasileiro, não votei nele pra Presidente, não votei, mas se ele fosse candidato ontem pelo seu pronunciamento eu votaria 300 mil vezes nele.

Peço para usar o Horário do Partido Trabalhista Brasileiro se V.Exa. me permitir.

Muito bem.

A Polícia Federal cerca o aeroporto de São Paulo, tensão no aeroporto. Só faltava música para um programa policial idêntico ao meu e do Deputado Ricardo Chab. Faltava música! Desce o Sr. Canhedo: bonitinho, de gravata, lindo, mas que "rapaz lindo"! Como o dinheiro deixa a pessoa linda, principalmente quando é ladrão, canalha, rouba. Ser rico da maneira que ele é eu não quero ser. Deu um golpe de 200 milhões de dólares no BANESPA. Roubou o BANESPA e ofereceu duas cascatas de dois aviões velhos que ele arrumou e deu lá para penhorar os 200 milhões.

Pasmem os Senhores, como disse o estadista Leonel Brizola, o analista Carlos Chagas, o analista Luiz Nassif e o analista Boris Casoy. Deputado Belinati, o homem foi preso à noite. Quando deu duas horas da manhã o homem saiu. No outro dia ele foi homenageado em Brasília, teve tapete vermelho, o ladrão desfilou, acenou. Como é bom roubar neste País! Foi, recebeu beijinhos, flores. Oh, meu Deus, que festa! Que homenagem! Recebeu a condecoração de tampinha. Pregaram tampinha da Coca-cola, da Fanta, da Kaiser, da Brahma. O homem saiu de lá empetecado de tanta tampinha e comenda, não sei quanto ele pagou na comenda também! Aqui no Brasil só tem comenda ... comenda ... E jantou lá, em Brasília, com os "bacanas" antes de vir embora. Mas precisa ver o jantar! Quando ele estava preso levaram um jantar do maior restaurante de São Paulo, tinha até menininha servindo ele! Ladrão é assim, neste País! E lá em Brasília depois da condecoração das "tampinhas", ele também foi homenageado pela quadrilha. Muito bem.

No dia seguinte, não sei se vocês viram, saiu no jornal: "Preso em São Paulo mais um sonegador que roubou o Governo de São Paulo". Meu Deus, corri pra televisão, sentei, o homem de óculos escuro, bonito o rapaz - precisa ver o terno do homem! Eu não tenho condições de comprar um terno daquele lá! O terno brilhava ... O homem ficou preso meia hora também, meia hora! Os advogados arrumaram um acerto lá, tiraram os homens, depois diz que vai acertar.

Estou entrando com um Requerimento, que diz (Lê):

"O Deputado que o presente subscrive no uso de duas atribuições regimentais e com base na Constituição do Estado, re-

quer, após ouvido o soberano plenário, um Pedido de Informações para o Secretário da Fazenda...", para ele mandar pra nós, aqui, o nome dos sonegadores que andam de BMW, iate em Caiobá e roubam o dinheiro do Governo do Paraná.

Os Senhores se lembram, quando o Requião assumiu o governo? Entrou Tony Garcia com o Atala de mãos dadas, mas saiu em todos os jornais: Estado do Paraná, Folha de Londrina... depois o Tony levou um revertério do Requião que acho que ele está procurando até hoje passar, o revertério ou o "tério". Aí ele entrou, aí entrou o Atala todo de terno, entrou no Palácio, o Requião falou para ele: "Como é meu, você vai pagar ou não vai pagar? Não vai pagar então dá licença que eu não tenho tempo para perder." Tá bom. E não pagou até hoje. O Atala é o maior devedor, o maior sonegador da história do Paraná. Com o dinheiro do Atala, Sr. Prefeito Antônio Belinati, daria para o senhor construir uma creche daquelas que o senhor construiu lá em Londrina, a maior creche do Brasil, em Londrina, daria para construir uma creche daquelas em cada cidade do Paraná. Com o dinheiro dos Atala nós daríamos Kit escolar para as crianças. Com o dinheiro do Atala iríamos construir escolas, teríamos carteiras, iríamos comprar viaturas para a polícia, iríamos fazer uma ação social, como V.Exa. disse agora há pouco aqui, Deputado Carlos Simões, com o dinheiro desses ladrões de colarinho branco.

Aqui no Paraná está cheio de ladrão, cheio de bandido, tem que ir para a cadeia esses pilantras, vagabundos, canalhas que roubam o ICM do Governo do Paraná. Metem a mão. Com o dinheiro que já é roubado deste Estado daria para fazer, daria para estruturar o futuro município que eles estão pedindo, o Barreirinha, daria para já montar o Município de Pontal do Paraná, porque as praias do Paraná estão uma vergonha. Agora, quem está levando cacete lá sou eu, o Carlos Simões, o Anibal, o Alga-ci. Ontem levamos cacete lá, menino, que barbaridade! Somos culpados agora porque as praias do Paraná não fazem onda. Quando não faz onda eles batem na gente. Se faz onda demais eles batem na gente e o Prefeito de Paranaguá vive viajando, comendo camarão, o camarão que o Prefeito come, o Prefeito de Paranaguá come é deste tamanho, tem um rabo que bate até na cara da gente e não faz nada pelas praias do Paraná.

Esta é que é a verdade. E depois os Deputados é que são culpados. Se chove na praia, somos culpados, se faz sol demais, somos culpados, se não faz sol, somos culpados.

Senhores, queria falar ainda, não vai dar tempo, queria falar só o seguinte, De-

putado Carlos Simões: com o dinheiro do Atalla dá para construir o sonho do Deputado Antonio Tavares, o sonho do Deputado Antonio Belinati e o meu sonho, que é a penitenciária de Tamarana, que vai ser a primeira penitenciária profissionalizante do Brasil. Sabe porque não está saindo a penitenciária de Tamarana? Porque o ... - como se chama aquele ex-Secretário da Ecologia? O Tadeu, ele guardou um bocado de veneno lá dentro e agora eles não sabem onde vão guardar o veneno.

Então, estou pedindo para pegar o veneno e guardar na casa do Tadeu, do Secretário Tadeu, para ver se termina a obra da penitenciária de Tamarana. É uma vergonha. A primeira penitenciária profissionalizante para fazer o preso, ele tem café de manhã, tem almoço, tem café da tarde, tem jantar, tem televisão, e tem pobres que não tem café da manhã. Tem, Simões?

A maioria não come carne e esses vagabundos que estão dentro da penitenciária comem carne todo dia, ora.

Outra coisa - já vou encerrar, Senhor Presidente - queria falar sobre o serviço de ação social do Governo do Paraná, porque recebi hoje 10 cadeiras de rodas, 10 cadeiras motorizadas para atender os deficientes do Paraná, Deputado Carlos Simões. Não é obrigação minha, é obrigação do Governo. Se o Governo não faz, estou fazendo. Recebi 200 coletes para queimados, têm no meu gabinete próteses para pernas e mãos. As mãos estou mandando fazer no Rio de Janeiro que sai mais barato, bem como das pernas.

Terminei de montar agora de manhã a minha farmácia dentro do gabinete, com ajuda de hospitais de Londrina, de Curitiba, de vários médicos e estou distribuindo 50 mil cadernos, 50 mil lápis, 50 mil borrachas, 50 mil lápis de cor, para pobres de Londrina e de Curitiba, que não tem como comprar o material escolar, Deputado Carlos Simões.

Então, Vossa Excelência disse ali, isso não é obrigação do Deputado Alborghetti, do Deputado Ricardo Chab, do Deputado Luiz Carlos Martins, do Deputado Jocelito Canto, que tem seu programa em Ponta Grossa, do Senhor que tem o seu programa na televisão, nós que atraímos a massa, não é nossa obrigação, mas os corredores da Assembléia estão lotados de seres humanos que batem à nossa porta pedindo, ajoelhando.

Sabe, esta semana, Deputado Carlos Simões, foram entregues 70 óculos no meu gabinete, que vão ser entregues quinta-feira agora, para 70 crianças que não podem ir a sala de aula.

Sabe porque, Deputado Antônio Belinati? O Senhor fazia isso quando era Prefeito - como era o nome daquele Vereador que

te ajudava tanto? O Bortoleto.

Setenta crianças vão receber quinta-feira agora, aqui, óculos de grau. Sabe por que Deputado Antonio Belinati?

Porque a criança não vai à escola porque não enxerga o quadro negro. É obrigação minha, do Senhor? Não é obrigação do Governo, como disse o Governador Leonel Brizola. Então, está tudo errado neste País. Olha, eu ficaria aqui horas e horas debatendo as minhas idéias, mas quero agradecer a benevolência de Vossa Excelência, meu Presidente eterno Anibal Khury, agradeço a benevolência dos Senhores Deputados.

E estou torcendo, Deputado Rosinha, que venha a esta Casa, o Senhor vai entrar com o seu projeto que é a Casa de Amparo à Mulher Violentada, o Senhor tem outro nome.

Se o Senhor entrar, não vou entrar com o meu, porque estou criando a Casa de Amparo à Mulher Violentada no Paraná.

Então, se entrar o do Senhor, tenho certeza absoluta que vamos aprová-lo a bem das mulheres espancadas, assassinadas e violentadas nos seus direitos constitucionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Luiz Cláudio Romanelli, com a palavra.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subo a esta Tribuna nesta tarde, repetindo o gesto que fiz na semana passada.

Na semana passada apresentamos um projeto que visa fazer com que as empresas que comercializam cartelas de bingo no Paraná, possam pagar ICMS. Quem vai se beneficiar disso é o Governo do Paraná. E hoje trago à apreciação dos Senhores Deputados e da Senhora Deputada, trago um Projeto do mais alto interesse, Senhor Presidente, do interesse público do Paraná, uma demonstração na prática de como é possível na oposição, fazer aqui nesta Casa uma oposição construtiva ao Governo do Estado. Trago um Projeto de Lei que será apreciado pelos Senhores, um Projeto que visa fortalecer o banco público do Paraná, um banco que é um orgulho de todos os paranaenses que é o Banco do Estado do Paraná.

É um Projeto que visa centralizar no BANESTADO o recolhimento de todas as tarifas, impostos, taxas, depósitos judiciais, todos enfim, todos os recolhimentos que são feitos pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

É a centralização no nosso banco de todas as receitas financeiras que o movimento econômico do Estado do Paraná pode gerar no nosso banco, é disponibilização de recursos da maior importância para os

programas sociais que o Banco do Estado vem mantendo, programas que ele fez no passado, como o "Panela Cheia" e o "Bom Emprego", porque com esses instrumentos o Banco do Estado vai ter um instrumento indispensável ao seu fortalecimento, como instituição financeira.

Nenhuma instituição financeira, privada, no Paraná, poderá se beneficiar mais dos tributos, das taxas, das tarifas.

Para o Senhor Presidente e os Senhores Deputados terem uma idéia, hoje, do volume dos recursos que são arrecadados na cobrança das tarifas de energia elétrica, e esgoto, 80% dos contribuintes pagam a sua conta no Banco do Estado do Paraná.

E este movimento, 80% significa 40% do volume dos recursos que são arrecadados pelas nossas concessionárias, e 20% dos contribuintes utilizam, para pagamento de suas tarifas, os estabelecimentos da rede privada e estes 20% significam 60% do volume de recursos arrecadados. Se considerarmos que são eles transformados em depósito a vista, estes bancos captam este dinheiro, aplicam no CDI, que é mercado interbancário, e têm um lucro fabuloso, com recursos provenientes do Estado do Paraná.

Por isso tenho certeza, que esse Projeto que é um Projeto que visa a defesa do nosso Banco, um Projeto do mais alto interesse público, que vai centralizar no banco este recolhimento, os depósitos judiciais, com exceção daqueles previstos em Lei, todos eles terão que estar, obrigatoriamente, na BANESTADO Crédito Imobiliário, fortalecendo o instrumento para a execução de uma política habitacional do Estado do Paraná.

Queria concluir dizendo que esperamos e aqui estão as sanções para aqueles agentes do Poder Público que não obedecerem esta Lei, porque para nós um Banco público, como o BANESTADO, que é um orgulho para os paranaenses, tem que ser fortalecido, e nós não podemos virar as costas, aqui nesse parlamento, àquele Banco que tem sido instrumento do desenvolvimento dos paranaenses e nós queremos, com certeza, Deputado Alborghetti, nós teremos com este Projeto, um fortalecimento de nosso banco e sobretudo um fortalecimento dos instrumentos que viabilizam uma vida melhor para nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O Paraná todo é testemunha, no Governo passado e em governos anteriores, daquilo

que realmente aconteceu aqui na região metropolitana e mais precisamente na nossa Curitiba.

O que é que aconteceu? Todas as empresas, todos os incentivos, todos os direcionamentos do Governo, fosse ele do PP, do PMDB, de qualquer sigla partidária, originariamente canalizavam o assentamento das indústrias nacionais e estrangeiras, na CIC de Curitiba.

O que é que aconteceu? O inchaço, Curitiba que era, como é, uma cidade projetada, uma cidade de 1º mundo, viu-se, de uma hora para outra, a cada dia, a cada mês e a cada ano aqui vindo pessoas do interior, pessoas não só do Paraná, mas por aquilo que viam na televisão, de que realmente a CIC de Curitiba estava como está, num plano superior às demais capitais deste País, pessoas de outros Estado vindo se fixar aqui para tentar a sorte melhor a si e a sua família.

Hoje Sr. Presidente, Srs. Deputados, infelizmente temos visto que esta linha ainda não foi cortada, realmente naquilo que é interesse de todos nós paranaenses. Recentemente a nossa cidade há mais de oito meses trabalhando pela instalação da Volkswagen do Brasil, mais precisamente sua fábrica de caminhões, a nossa Cidade de Ponta Grossa, o nosso Prefeito, o nosso Secretário de Indústria e Comércio o Davi Pilati Montes, por inúmeras e diversas vezes esteve com os Srs. Diretores da Volkswagen, fez todos os contatos, ofereceu o Paraná como um todo, a localização de Ponta Grossa como sendo realmente o melhor e maior entroncamento rododiferroviário deste solo paranista. Fez com que nós todos, a sociedade de modo geral, as forças políticas, os Deputados que fazem assento nesta Casa, o Deputado Péricles, o Deputado Jocelito, o Deputado Plauto, junto com a nossa representatividade, com o nosso Deputado Federal o Padre Roque Zimerman, com a Associação Comercial, com os sindicatos da cidade, com tudo, formássemos uma única força e levássemos - como levamos - à Diretoria da Volkswagen o oferecimento do Paraná, que fosse trazer a nós aquele alento dissociado dos Governos anteriores. Ponta Grossa, Londrina, Maringá, outros quadrantes deste Estado tiveram a sua industrialização, mas com esforço próprio e com oportunidade das suas administrações municipais. Nossa Ponta Grossa eu mesmo quando fui Prefeito lá, levei a Geroma, a Coca-Cola, levei mais de uma dezena de indústrias mas sempre com esforço próprio do povo pontagrossense, com pouco amparo do Governo do Estado. E mais recentemente a Kaiser que lá não se instalou por falta tão somente de entendimento com o governo do Estado do Paraná.

E hoje estamos nesta Casa falando isso

por quê? Porque agora Srs. Deputados, o Prefeito de Curitiba que é nosso companheiro, o Rafael Greca, o vice-Prefeito o Carvalhinho, e o próprio Governador do Estado, nós não vamos admitir Sr. Presidente, Srs. Deputados de que continue ocorrendo um bairrismo do Paraná à Curitiba, o Paraná é um todo, todos os quadrantes merecem do Governo que aí está Jaime Lerner, que nós dele fazemos parte, mas não vamos admitir que agora no final tão somente no final da instalação da fábrica no Paraná, venha o Governo, venha a Prefeitura de Curitiba, ou venha alguma outra força a oferecer à CIC, a oferecer a nossa Região Metropolitana que nós respeitamos, mas que queremos, de nada adianta criar município novo, de nada adianta concentrarmos tão somente aqui a atenção do investimento.

Emprego precisa lá no interior, investimento necessitamos em todos os cantos do Paraná, de nada adianta continuarmos nesta "burra filosofia" de atendermos só a Capital do Estado. Acho que a Capital já está muito bem atendida. Curitiba já é orgulho de todos nós paranaenses, brasileiros, e até estrangeiros aqui radicados. O que precisamos é aqui da nossa campanha, meu caro Líder do Governo Algaci Túlio, os seis pólos de integração deste Estado, aonde cada região identificada tenha uma abrangência de um anel e esse anel tenha o interesse do assentamento daquilo que vai ser investido aqui no Paraná.

Quero, Sr. Presidente e Srs. Deputados, deixar tão somente este alerta. Iremos tantas quantas vezes sejam necessárias, percorreremos todas as Secretarias que forem identificadas. Chegaremos mesmo à presença de S.Exa. o Governador Jaime Lerner para dar um basta naquilo que estão tentando tirar do interior do Estado em sacrifício da família paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Grande Expediente. Deputado Algaci Túlio. (Declina).

Passamos ao Horário das Lideranças. Com a palavra o Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sabemos das dificuldades que atravessa a nação brasileira e por extensão também os Estados e os municípios. Muito se tem falado em relação à administração pública: tanto a nível municipal, nível estadual e também a nível federal. E hoje que a Assembléia recebe a visita dos moradores de Barreirinho, uma comunidade que visa se emancipar, se desmembrar do Município de Laranjeiras do Sul - acompanhados pelo Prefeito daquele município - e outras comunidades que se fazem presentes. Sessão

em que ouvimos também, diversos Deputados se manifestarem sobre os mais diversos assuntos referentes à administração pública estadual ou mesmo referentes à administração pública federal.

Os momentos em que atravessa o nosso País são difíceis. Temos um governo novo, temos umas reformas pela frente, temos a revisão da Constituição e em cima da revisão da Constituição que se travam os maiores debates atualmente. Quer no setor tributário, quer na agricultura, quer na previdência e nos mais diversos setores. Inclusive já ocupamos esse espaço e essa tribuna para fazermos algumas considerações e algumas colocações que achávamos necessárias e que teriam que ser feitas, em relação à reforma da previdência que se tenta implantar com a reforma da Constituição em nosso País.

O Ministro paranaense, Reinhold Stephanes já foi alvo de críticas em sessões passadas e hoje, novamente, sofreu as suas críticas através do Deputado José Colombo - do PT, da nossa Região. Na semana passada já nos referíamos em relação ao assunto da previdência. Sabemos que o Brasil precisa encontrar outros caminhos e para encontrar esses outros caminhos se faz necessário que o Presidente da República - Fernando Henrique Cardoso faça as alterações necessárias para isso, em todos os setores. Setor da previdência não pode ficar de fora. Aliás é reconhecido por todos os segmentos da sociedade: pela classe trabalhadora e também pelos empresários e também pelos políticos, entendem que a previdência deve sofrer as suas mudanças. E nós, como Líder da Bancada do PFL aqui na Assembléia Legislativa, Reinhold Stephanes, Ministro da Previdência do Governo Fernando Henrique Cardoso, discutimos esse assunto a nível de Bancada aqui na Assembléia Legislativa do Estado, discutimos esta questão com o Líder do PSDB, Deputado Cezar Silvestri, a quem o Presidente da República pertence partidariamente.

Na semana passada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entramos em contato com o Ministro da Previdência, convidamos o Ministro Reinhold Stephanes para que viesse aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná debater com os Deputados Estaduais do Paraná a reforma da Previdência que ele pretende introduzir no Brasil. Recebemos através do Ministro Reinhold Stephanes o aceite deste convite e o Ministro virá aqui na Assembléia Legislativa. E hoje pela manhã ainda, em contato com seus assessores diretos, previamente ficou fixado a data do dia 4 de maio, numa quinta-feira, para que o Ministro venha aqui na Assembléia Legislativa do Paraná transmitir, não só para os Senhores Depu-

tados, mas para toda a sociedade do Paraná, as reformas que esse Ministro pretende instituir na previdência em nosso País.

Conversamos com as Lideranças do Partido PSDB, conversamos com os nossos Deputados, faltam ainda acertar alguns detalhes, conversamos hoje pela manhã com o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Anibal Khury, levando a ele esta nossa proposta, de trazer o Ministro Reinhold Stephanes aqui na Assembléia Legislativa, Deputado Anibal Khury, levando a ele esta nossa proposta, de trazer o Ministro Reinhold Stephanes aqui na Assembléia, o que foi prontamente aceito também pelo Presidente da Assembléia Legislativa.

Então, todas as dúvidas que existem, para que o Deputado seja esclarecido, para que a sociedade do Paraná seja esclarecida, o Ministro virá a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para debater com os Deputados o problema da Previdência.

A convite da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná virá para cá. Acho que isto vem enaltecer exatamente o trabalho de todos os Deputados e vem esclarecer, acima de tudo, as dúvidas que existem em relação a reforma da Previdência. Nós sabemos, já falamos sobre isto. Recentemente foi feito um acordo para elevar o salário mínimo de 70 e poucos reais a 100 reais, e este trabalho foi coordenado pelo paranaense, Ministro Reinhold Stephanes, diga-se de passagem, jamais visto nos últimos anos na história da administração pública do nosso país um ganho real de 12% para os aposentados. E isto finalmente será atribuído também para os aposentados. Estas e tantas outras dúvidas sobre a forma de aposentadoria, sobre a contribuição para a previdência, sobre as aposentadorias especiais existentes hoje em nosso País, tudo isto será debatido aqui na Assembléia Legislativa, para que as dúvidas sejam sanadas, para que seja esclarecido definitivamente aquilo que realmente por muitas vezes fica em dúvida e eu tenho certeza que o Reinhold Stephanes, aberto como é, um homem aberto ao diálogo, que está negociando com todos os segmentos da sociedade virá esclarecer definitivamente esta questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Subo nesta Tribuna hoje para dizer e dar o meu apoio, e chegando nesta Casa, revivendo os tempos de 86, 87, quando vínhamos à Assembléia Legislativa pedir apoio ao Deputado Anibal Khury, pedir apoio ao Deputado Alborghetti, pedir apoio

à Deputada Ironði Pugliesi, enfim, pedir apoio àqueles Deputados naquela oportunidade tratando da emancipação do Município de Luiziana. E com muito orgulho naquela oportunidade tivemos a votação unânime dos Srs. Deputados desta Casa de Leis, na época sancionado pelo Presidente Antônio Anibelli.

E hoje eu vejo, Srs. Deputados, queremos o Município de Barreirinho, vemos também outros projetos que estão nesta Casa de Leis já: de Pontal do Sul, temos também de Quarto Centenário, de Paraná do Oeste, de Malu, e dizer uma coisa: o Nelson Tureck, que junto com a emancipação da comissão na oportunidade quando foi da emancipação do Município de Luiziana, vimos a preocupação que tínhamos, daqueles que eram contra a nossa região, muitas vezes Prefeitos, Vereadores, muitas vezes associações de moradores, empresários, mas dizer uma coisa, e hoje queria aqui, nesta Casa de Leis agradecer aqueles Deputados que votaram na emancipação de Luiziana, e dizer uma coisa, com quatro anos de administração séria, coerente, justa, honesta, dos vinte e quatro Municípios da CONCAN deixamos Luiziana o 6º Município.

E se provando que quando um administrador quer trabalhar, quer desenvolver um trabalho para sua gente, para seu povo que nele confiou, porque entendo que o político é eleito para trabalhar, e o povo quando elege um Vereador, um Prefeito da sua cidade ele elege para representar, não elege para ele ser servido, ele elege os seus vereadores, o seu Prefeito para servir a sua comunidade...

O Sr. Antônio Belinati - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Queria, nobre Deputado, aproveitando o espaço que Vossa Excelência usa no horário do nosso Partido, o PDT, pegar uma carona no pronunciamento do nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, que foi notável Prefeito de Ponta Grossa, e dizer o seguinte: que agora cada Prefeito procure, não só o Prefeito, mas também as lideranças de seus respectivos Municípios, procurem apresentar o que há de melhor em seu Município para atrair não só a fábrica da Volkswagen, mas também outros investidores nacionais e internacionais.

Gostaria de clarear ao Nobre Deputado Zuk que Londrina também está na luta para levar a fábrica da Volkswagen para aquela cidade. E Londrina, a exemplo de Ponta Grossa e de Curitiba, é uma cidade geograficamente bem localizada, tem uma rede hoteleira moderna, um aeroporto com vôos diários interligando Londrina com várias Capitais do País, uma rodovia que interliga Londrina com São Paulo, com Minas, com

Goiás, com a Capital do Estado, com a Argentina, com o Paraguai, uma moderna rede hospitalar e uma grande Universidade.

Então, nobre Deputado Zuk, Londrina também pretende atrair essa fábrica da Volkswagen. Mas o que queríamos, Deputado Nelson Tureck, é lamentar o que está no jornal de hoje de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, deixando a sua condição de Magistrado, que ele deve exercer nesta hora, deixar que cada Prefeito, cada empresário, cada Governador venda o seu peixe, mostre se o Estado é melhor. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, de uma maneira injusta com o Paraná, aonde ele teve uma grande votação, e estaria apadrinhando, pistolando esta fábrica da Volkswagen para o Rio de Janeiro. Se o Presidente Fernando Henrique consumir a perda dessa fábrica para o Paraná, acho que esta Assembléia Legislativa terá o dever, a responsabilidade de declarar o Presidente Fernando Henrique persona "non grata" para todos nós do Paraná. Entenda bem Vossa Excelência, tiramos o direito, o mérito de que cada autoridade procure atrair essa e tantas outras fábricas, mas um Presidente da República ficar apadrinhando, oferecendo ele próprio vantagens, para fazer o Paraná perder esta fábrica da Volkswagen, esta Casa de Leis, nossos Deputados Estaduais, os Federais, os Senadores, as lideranças empresariais, o Governador Jaime Lerner, todos têm que, nessa hora, carregar uma bandeira muito forte e exigir do Presidente Fernando Henrique, respeito com nosso Paraná, porque o nosso Paraná tem matéria-prima, o nosso Paraná tem mão-de-obra em quantidade suficiente, e tem, acima de tudo, a vontade política de atrair a Volkswagen e outros investidores.

O Sr. Jocelito Canto - Permite um aparte?

Em primeiro lugar, Deputado Tureck, queria lhe cumprimentar. Somente um ex-Prefeito de uma cidade como Vossa Excelência foi, Luiziana, e acompanhei a emancipação e sei da sua luta, e somente um homem que lutou poderia subir a Tribuna da nossa digníssima Assembléia e dizer que devemos todos apoiar a emancipação política dos pequenos distritos que queiram se emancipar. Também concordo com sua pessoa e quero lhe cumprimentar por este pronunciamento. Acho que temos que apoiar, municípios que merecem, devem ser emancipados, porque acho que isso é bom para os pequenos distritos. E é bom para o Brasil.

Também gostaria de cumprimentar, somente um tri-Prefeito, como o nobre companheiro Belinati, poderia fazer tão profundo pronunciamento e o cumprimento, meu caro Belinati. Acho que no momento em que o Presidente da República vier, de públi-

co, dizer que prefere o Rio de Janeiro para a Volkswagen, nós, do Paraná temos que ser bairristas e dizer que ele é "persona non grata" para o Paraná.

O Sr. Nereu Moura - Permite um aparte?

Deputado Nelson Tureck, quero parabenizar Vossa Excelência pelo seu pronunciamento, isso demonstra a grandeza do espírito de Vossa Excelência e demonstra porque o Sr. veio parar aqui nesta Assembleia, trata-se, na verdade de uma posição lúcida, inteligente, sensível. Somente quem viveu no interior do Paraná, ou no interior do Brasil, sabe muito bem avaliar a importância que tem a emancipação.

Por isso quero, mais uma vez parabenizá-lo, por tratar desse assunto, tão importante. E Luizianã está lá, no Centro-Oeste do Paraná, como testemunha cabal das vantagens, dos benefícios que se traduziram para aquela comunidade com a emancipação, na época pertencente a Campo Mourão.

Meus parabéns pelo seu inteligente pronunciamento.

O SR. NELSON TURECK - Queria dizer que é válida e muito importante a preocupação que vimos aqui agora dos vários Deputados a respeito dessa grande fábrica para o Estado do Paraná. Mas tenho certeza, não se preocupem, Srs. Deputados, com este anel de integração regional que teremos, de desenvolvimento no Estado do Paraná, não só Ponta Grossa será beneficiada, como também Londrina, como também Guarapuava, Cascavel, Maringá e Campo Mourão.

Quero dizer uma coisa, claro dos demais municípios, estou falando em termos de integração regional. Por que isso? Nós não nos preocupamos? Porque o nosso Presidente da República vai admitir e saber que temos um administrador, um dos melhores Governadores que temos no Brasil.

Concedo o aparte ao Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado, com relação as declarações do Presidente Fernando Henrique, que saiu nos jornais, que o Deputado Belinati falou há poucos instantes, nós, como líder da Bancada do PSDB, cabe a nós pedir informações inclusive a Presidência da República.

Achamos estranho essa declaração do Presidente Henrique Cardoso, até porque muitas vezes nem tudo que sai no jornal é verdade. E sabedores como todos nós Deputados que o próprio Presidente Henrique Cardoso necessita inclusive do apoio da Bancada do Estado do Paraná lá no Congresso Nacional, nós achamos um pouco estranho e achamos até que temos que checar essa

informação. Nós como membros do PSDB acreditamos que ele não deve ter feito essa declaração, isso muitas vezes pode ser especulação de jornais, algum jornal que tem interesse em conturbar a administração do Fernando Henrique Cardoso.

Corelação as emancipações, Deputado Tureck, quero dizer que no caso específico do Distrito de Bareirinho nós da Bancada do PSDB e também já conversei com demais líderes de outros partidos como o Deputado Valdir Rossoni do PDT, o Deputado Ruch do PFL, o Deputado Cesar Seleme do PPR, enfim, todos nos queremos nos somar ao Deputado Nereu Moura que é o autor do Projeto. Nós também tivemos a informação, já conversamos com alguns Vereadores, lá de Laranjeiras do Sul como Vereador do PDT Silvestri Crochinski, meu particular amigo, o Vereador Claudir Crotti, vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Laranjeiras e também Líder do PDT, o Vereador Valdemar Zoch, o Moacir Frizo, o Nei Becker e o Jilmair Ruths, inclusive dois do PSDB, todos eles são favoráveis à emancipação de Barreirinho.

Então queremos que fique registrado nos Anais desta Casa o nosso apoio não somente do Líder do PSDB, como também do Líder do PDT, PFL, PPR e da grande maioria dos Deputados.

O SR. NELSON TURECK - Queria dizer o seguinte a respeito da emancipação, dizer que o Nelson Tureck está junto com vocês, junto com os Deputados para nós desenvolvermos um Estado do Paraná melhor. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Vanhoni, com a palavra.

O SR. ANGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, em primeiro lugar queria parabenizar a iniciativa do Deputado Elío Ruch do PFL, de garantir a presença do Reinhold Stephanes para a discussão junto à Assembleia Legislativa sobre o Projeto de Reforma da Previdência.

Quero que Vossa Excelência transmita um recado ao Ministro, para o Ministro também colocar nas suas argumentações do porque que quando da Revisão Constitucional que não saiu no ano passado, o Ministro apresentou emenda que graças a Deus não foi votada, do limite para aposentadoria de 70 anos de idade. Mais um aviso ao Ministro Reinhold Stephanes que venha munido das argumentações suficientes para justificar a emenda apresentada junto à Constituição, o processo de revisão Constitucional da extinção do Sistema Único de Saúde, o SUDS.

Mais um recado ao Ministro, que exija muito da sua assessoria porque a Bancada

do PT, tem boas perguntas e bons argumentos para demonstrar que é uma pessoa inqualificada para promover o debate sobre a aposentadoria junto ao povo brasileiro.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que me traz à Tribuna hoje, é um dos fatos que eu reputo da maior importância para a consciência ética do povo brasileiro, mais do que consciência ética do povo brasileiro, é da consciência ética dos condutores do poder do Estado, neste País, poder do Estado este que se expressa através do Governo, do Poder Executivo em especial, de manter os interesses do conjunto da população brasileira, sem parcialidades.

É assustadora a entrevista dada pelo Ministro da Agricultura, Senhor José de Andrade Vieira.

O Paraná está tendo uma grande má sorte nos últimos anos.

Em primeiro lugar, por ter a pasta da agricultura, justamente um Estado que tem na sua base econômica fundamental no campo, na frente desta pasta um banqueiro, dono de um dos maiores conglomerados financeiros do nosso País.

O Ministro José Eduardo Vieira, Senhor Presidente, em reportagem na "Folha de São Paulo" - no último dia 9, uma reportagem muito grande. O jornalista perguntou ao Ministro: "Mas Ministro José Eduardo Andrade Vieira. O Senhor comprou a CNT, uma rede de televisão, o senhor está comprando e pensa em comprar vários veículos de comunicação..." "Aqui, no Paraná, o Jornal de Beltrão, o Jornal de Cascavel, o Paraná. O Ministro José Eduardo tem empresa de televisão em Americana, tem canal de televisão em Londrina, tem a Folha de Londrina, comprou as ações do Jornal Indústria e Comércio e o jornalista, estupefato perante este império que está se formando em torno da figura do grande empresário - Homem do Chapéu - perguntou ao Ministro, candidamente: "Mas, Ministro me diga uma coisa Zé: Como é que você vai poder registrar tudo isso assim no teu nome, porque a Lei de Concessões proíbe que um empresário tenha, na mesma região, tantos canais de televisão ou veículos de imprensa?"

- O Ministro: "Ah, mas eu já estou tomando as minhas providências, eu falei com o Serjão, eu falei com o Sérgio Motta. E estou tomando as minhas providências".

Veja, Deputado Alborghetti, Vossa Excelência que corretamente falou que aquilo que é inconstitucional, tudo que é certo neste País é inconstitucional e, determinadas medidas: a corrupção ao arrepio da Lei neste País passa batido, perante a opinião pública e por aqueles que devem conduzir o Estado é o Governo de maneira ética.

O Ministro afirma, tachativamente e

não sou eu que vou dizer aqui, eu vou ler uma frase só, Deputado Belinati, uma frase só da entrevista.

"Folha de São Paulo" - pergunta: "Além das duas tevês no Paraná, o Senhor tem uma emissora em Americana. A Lei proíbe que uma pessoa tenha tantas emissoras. O Senhor não teme problemas com o Sérgio Motta- Ministro das Comunicações?"

Resposta de Andrade Vieira - do Grupo Bamerindus: "Como a legislação regula as participações, eu estou vendendo algumas emissoras. Vou passar para outros nomes do nosso grupo. Para cumprir como a legislação determina".

"Folha de São Paulo"- Isto está sendo feito para manter a fachada ou o Senhor está vendendo de fato?

Resposta - Estou vendendo de fato, é claro! E prossegue: "Mas claro que continuarei no comando das empresas!"

Próprias palavras de um Ministro de Estado.

Senhores Deputados em que País nós estamos?

Quando o próprio Ministro José de Andrade Vieira, paranaense homem que deve lutar pelos interesses do Paraná, homem que deve - na condução do Ministro da Agricultura, ter uma conduta que não possa ser arranhada do ponto de vista dos interesses do Estado, assume, publicamente, que ele tenciona, tem a intenção manifesta de burlar a Lei, construindo testas-de-ferro para estar à frente de um império de comunicações.

O presidente da República, Senhor Fernando Henrique Cardoso, não pode ficar omissos a isto.

Quero noticiar a Assembléia Legislativa que estou enviando uma correspondência ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, com cópia a todos os Deputados do Congresso Nacional, e pedindo providências do Congresso Nacional. Mais do que isto, também estamos já demandando estudos para entrar com uma representação junto ao Ministério Público Federal. O Ministro José Eduardo Vieira confessa através de uma grande imprensa nacional que tenciona burlar a lei do nosso País.

Quero hoje aqui fazer um debate com o Deputado Algaci Túlio, no tempo que me resta, só concluindo, Senhor Presidente, Deputado Algaci Túlio, espero amanhã poder discutir com Vossa Excelência, canal extravasador e CPI da SANEPAR. Não dá mais para continuar como estão as coisas. Ou nós fazemos esta discussão séria, em nome da população, em nome da conduta ética do Governo, ou não dá mais para as notícias dos jornais virem querer dizer para a população que é só nhec, nhec político do PT contra o Governo Jaime Lerner. Vossa Excelência sabe que não é nhec, nhec. É

problema grave no processo sem licitação do canal extravasor.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. CARLOS SIMÕES (Pela Ordem) - É só para fazer um reparo neste momento, Deputado Vanhoni, como não cabia aparte, que o Ministro José Eduardo é um homem bem orientado, bem assessorado e se negócio faz é porque também é um homem de negócios.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Nereu Moura com a palavra.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury, Senhores Deputados, inicialmente quero registrar com prazer aqui hoje nesta Assembléia a presença honrosa do Prefeito de Laranjeiras do Sul, José Augusto Becker Lima; a presença do vice-Prefeito, Leoni Luiz Meletti; a presença dos Vereadores, Claudir Croty, Valmir Scarpari, Gilmar Zock, Joaquim Tomé, Arlindo Bavaresco, Valdemar Zock e demais lideranças do Distrito de Barreirinho e do Distrito de Porto Santana, acompanhados pelo nosso companheiro, Flores Pilarski, suplente de Deputado Estadual e que na última eleição conquistou uma expressiva votação da região centro-oeste do Paraná para também vir aqui nesta Casa de Leis falar em nome de uma população trabalhadora, respeitosa e que tem um sentimento extraordinário de progresso e de desenvolvimento.

Senhor Presidente, hoje estou dando entrada num projeto de lei nesta Assembléia para que buscando tornar um sonho, uma esperança acalentada no coração de uma gente trabalhadora lá do interior do Paraná, lá do centro-oeste do Estado, do Município de Laranjeiras do Sul que é a criação do Município de Barreirinho, compreendendo o Distrito de Barreirinho e Porto Santana.

Senhor Presidente, Vossa Excelência que cooperou muito com o progresso do nosso Estado e deixou o seu nome marcado na história do nosso Estado com a criação de dezenas de municípios sabe muito bem que a criação de municípios, na verdade, colabora, ajuda, impulsiona não só o progresso e o desenvolvimento, mas sobretudo a justiça social, com uma redistribuição de rendas.

Laranjeiras do Sul, uma cidade que foi esquecida, que foi esquecida até, Senhor Presidente, Senhores Deputados pelos governos, por muitos governos que por esse Paraná andaram, uma cidade que foi a Capital do Estado de Iguaçu, uma cidade que é pólo de uma região política e administrativa; mas que ficou abandonada. O município que ia de Santa Galo a Cascavel, um município grande, enorme, esse município

que nós também estamos pretendendo aqui nesta Assembléia Legislativa com o apoio de todos os Deputados que tiveram apoio lá no centro-oeste do Paraná, como o nosso valoroso e brilhante Parlamentar lá de Guarapuava Cezar Silvestri, o nosso companheiro, Deputado Renato Adur de Pitanga, o nosso ex-Presidente Orlando Pessuti, e outros tantos Parlamentares que gostam e que têm responsabilidade pelo centro-oeste do Paraná.

Queremos transformar Laranjeiras do Sul na sede da 18.^a região administrativa do Paraná. E com alegria, e com entusiasmo vimos o Governador Jaime Lerner manifestar o seu propósito de centrar esforços no sentido de que Laranjeiras do Sul, efetivamente se torne a 18.^a região administrativa, compreendendo os Municípios da Cantuquiri Iguaçu(?) Senhor Presidente. Mas me refiro hoje ao Município de Barreirinho do Iguaçu, um município que tem tudo para ser forte e pujante, um município aonde tem uma agricultura extraordinária, formada pelos gaúchos e pelos catarinas; que lá no interior de Laranjeiras do Sul, com fé, com determinação, com estilo vieram ali criar as suas famílias, vieram ali para ajudar no desenvolvimento. E lá, com o seu suor, com a sua mão calejada lutam bravamente para da terra tirar o sustento dos seus filhos e das suas famílias, e fazer com que Laranjeiras do Sul possa se desenvolver.

Senhor Presidente, Barreirinho do Iguaçu hoje possui aproximadamente 6.000 habitantes, 4.000 eleitores, uma área territorial de 300 km², é uma condição excepcional de desenvolvimento porque lá a agricultura é forte, arrojada, como é o homem que vive lá, como são as mulheres que lá vivem. Por isso que no sábado retrasado, na companhia do nosso Prefeito José Augusto Back Lima(?), dos Vereadores, estivemos fazendo reuniões nas comunidades, e 100% das pessoas que lá vivem querem a criação deste antigo sonho, que é a transformação em município daquele pedaço de chão paranaense.

O Sr. Sérgio Spada - Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento)

Deputado Nereu Moura me associa a Vossa Excelência na saudação ao Prefeito de Laranjeiras do Sul e toda a comitiva que o acompanha. E quero me associar também em nome da Bancada do PP a vossa proposta de emancipação do Distrito, futuro Município de Barreirinho, por uma questão muito simples.

Acho que é natural, é próprio do ser humano, do instinto do ser humano querer se tornar independente, autônomo. E as experiências que tenho visto, principalmente

no Paraná, de emancipação de novos municípios, tem sido altamente produtiva e tem dado bons resultados. Todos os municípios criados nos últimos tempos no Estado do Paraná, sem exceção, na área respectiva da criação deste município, houve uma evolução enorme em termos de infra-estrutura, melhoria da qualidade de vida e uma série de outros fatores que ajudam e facilitam a vida da população daqueles locais. São por isso somos ampla e totalmente favoráveis à emancipação de municípios! Principalmente municípios que têm, como Vossa Excelência já colocou, requisitos exigidos pela lei cumpridos.

Com relação a questão da região administrativa de Laranjeiras, acho uma excelente idéia, extremamente importante, porque conheço bem aquela região e julgo que já é hora de Laranjeiras do Sul sediar aquela microrregião. Tenho certeza que quem vai ganhar é Laranjeiras do Sul, juntamente com todos os municípios que compõem esta microrregião político administrativa.

Nossa solidariedade, nosso apoio as propostas de Vossa iniciativa, visando a criação do município e também da região administrativa de Laranjeiras.

O Sr. Sâmis da Silva - Permite um aparte?

Muito obrigado. Quero aqui manifestar o nosso apoio e parabenizar pela iniciativa Vossa Excelência que tem sido um grande batalhador, um grande Deputado por aquela região, eu acompanho seu trabalho e não poderia deixar de manifestar o nosso apoio a Vossa Excelência e as lideranças políticas e comunitárias que estão aqui presentes, de Laranjeiras do Sul e de Barreirinho. Até porque lá em Laranjeiras do Sul, com apoio de um Vereador eu fiz lá cento e tantos votos e quero aqui me colocar ao seu lado e ratificar aquilo que o Deputado Spada falou, é verdade o que vem acontecendo com a emancipação dos municípios.

Parabéns pela sua disposição e me congratulo com todos aqui presentes.

O SR. NEREU MOURA - Obrigado pelos apartes.

Só para concluir, Senhor Presidente, e dizer que a emancipação só progresso e desenvolvimento trouxe para o Paraná e todos nós sabemos a história das comunidades que se emanciparam. E não é só isso, Senhor Presidente, Também há a questão da fixação do homem no interior, há a questão do desenvolvimento, dos benefícios que estas comunidades que hoje vivem à margem do desenvolvimento e do progresso e que serão atingidas, sem sombra de dúvida, com a emancipação. Por isso é que eu assumi a bandeira, e este Estado do Paraná que eu jurei defender, que eu jurei, aqui nesta

Assembleia, lutar pelo desenvolvimento e pela justiça social, serei, Senhor Presidente, um Deputado que irá olhar com carinho, com devoção, e por isso mesmo é que nós estamos ombreando, junto com as lideranças de Laranjeiras do Sul para tornar o Barreirinho mais um município no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente quero fazer um apelo as Bancadas do PMDB, do PTB e do PFL para que agilizem as indicações dos Parlamentares que vão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades no Porto de Paranaguá. Estamos com a nossa CPI parada, evidentemente não oficializada pela Mesa ainda mas aguardando as indicações.

O PDT já indicou a nossa pessoa, o PP já indicou o Deputado Augustinho Zucchi, e o PT já indicou o Deputado Florisvaldo Fier. Pediria a Liderança do PMDB que tem a responsabilidade na indicação de dois membros o PTB, PSC, PFL um membro, para que a gente possa começar a fazer com que esta CPI comece a funcionar o mais depressa possível.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, na última 4.ª feira, o Governador do Estado Jaime Lerner juntamente com representantes da Sadia/Frigobrás assinou um convênio de importância muito grande para o Estado do Paraná, em especial para quatro municípios, onde teremos investimentos importantes na área da avicultura, na questão de mão-de-obra, enfim, projetos que vão ajudar quatro municípios a se destacarem nos próximos meses.

(Lê): "A Sadia/Frigobrás fará investimentos diretos nos próximos dois anos na ordem de R\$ 45 milhões e indiretamente no setor agrícola mais R\$ 35 milhões, proporcionando um incremento de mais 700 empregos diretos.

Irã também agregar pelo menos 600 famílias de agricultores ao sistema de irrigação nos próximos dois anos. A expansão será de aproximadamente 600 novos aviários, que representará investimentos de mais de US\$ 20 milhões nas propriedades dos agricultores integrados. Estes números representam pelo menos 2 mil pessoas diretamente envolvidas nos processos produtivos da Sadia.

Na unidade da Sadia em Toledo, a empresa ampliará nos próximos dois anos sua capacidade de 65 milhões para 90 milhões de frangos, o que exigirá um investimento de R\$ 1,9 milhão em 95 e mais R\$ 1,140 mi-

lhão em 96.

Em Dois Vizinhos, o investimento será de R\$ 2 milhões, elevando a produção de 62 milhões para 80 milhões de aves. Ainda no setor de avicultura de Dois Vizinhos, a Sadia aumentará de 149 milhões de pintos/ano para 194 milhões, o que exigirá um investimento fixo de R\$ 4,8 milhões este ano e mais R\$ 4,850 milhões em 1996.

Em Francisco Beltrão, a Sadia vai instalar uma unidade para produção de perus. Hoje, a Sadia é a única empresa produtora de perus no Brasil, possuindo apenas uma unidade instalada na Cidade de Chapecô.

Com um investimento de R\$ 4,815 milhões em 1995 e mais R\$ 940 mil em 1996, a Sadia vai produzir 3 milhões de perus até 1997.

Para o ano 2000, a projeção é de 8 milhões de cabeças e no ano 2002, 10 milhões de perus. Ainda em Francisco Beltrão, na área de rações, a empresa ampliará a produção de rações de 1.048 toneladas/dia para 1.450 toneladas/dia, num investimento de R\$ 319 mil.

No Município de Toledo, a Sadia investirá nos próximos dois anos R\$ 7 milhões ampliando a produção na área de presuntaria de 72 para 150 toneladas/dia.

No setor de suinocultura, o projeto de proteção ambiental exigirá recursos da ordem de R\$ 300 mil em 95 e 96.

Na Cidade de Paranaguá, onde está instalada a Frigobrás, a empresa investirá R\$ 5 milhões nos próximos dois anos, ampliando a produção de margarina de 43 para 55 mil toneladas/ano.

Para a melhoria industrial, o projeto Sadia/Frigobrás prevê investimentos de R\$ 6,150 milhões este ano e mais R\$ 6,090 milhões em 1996.

COMPROMISSO

Pelo lado do Paraná, através do acordo firmado, o governo se compromete a restaurar a malha viária que dá acesso às propriedades das famílias integradas e a viabilizar o financiamento de longo prazo para construção e reforma nas regiões das unidades da Sadia.

No tocante aos incentivos fiscais, será concedido um prazo de carência para recolhimento do ICMS incremental gerado pelo aumento de produção.

O Governo do Paraná também incentivará convênios em prefeituras municipais para a construção, através da Secretaria da Habitação, de cerca de 600 moradias, que serão destinadas aos funcionários da Sadia.

São os investimentos que o Governo do Estado está fazendo, não em Curitiba, mas no interior do Estado do Paraná, até para esclarecer o que disse o Deputado Luiz

Carlos Zuk, eu não acredito e não ouvi das palavras do Governador Jaime Lerner qualquer trabalho, qualquer tentativa de fazer com que próximas indústrias, próximas empresas venham a se instalar em Curitiba, mas sim no Estado do Paraná.

Tenho certeza que o Governador gostaria de ver uma nova indústria em Ponta Grossa, em Londrina, em Maringá, em Toledo, em Cascavel, em Foz do Iguaçu, para poder na verdade melhorar a situação dos nossos municípios. Por outro lado, é evidente que cada Prefeito brigue por sua região, e seriam irresponsáveis o Prefeito Rafael Greca e o vice-Prefeito José Carlos Gomes de Carvalho se não brigassem por Curitiba, em que pese todo parque industrial que tem a capital do Estado, mas é evidente que os prefeitos tenham responsabilidades, os políticos de cada uma das regiões têm que brigar para que os investimentos venham para sua região.

De sorte que acredito, Deputado Zuk, que o nosso Governador Jaime Lerner já começa a dar algumas respostas para os compromissos de campanha, levando as indústrias para o interior, procurando com isso incentivar a potencialidade de cada cidade, de cada município, no sentido de melhorar a condição de vida de cada um dos moradores dessas regiões.

Ouvi também, atentamente, o Deputado Vanhoni e entendo, perfeitamente Vanhoni, que são dois assuntos que devem ser levados muito a sério. O canal extravasor - que daremos aqui, oportunamente, todas as explicações e também a questão da SANEPAR que já está com uma CPI instalada nesta Casa, assinada pelo Deputado Valdir Rosso e pelo Deputado Dr. Rosinha.

Evidentemente que esse palavreado que se usa muito no Congresso Nacional e que, por sinal, usado até pelo Presidente da República, o tal do "nhe, nhe, nhem", e agora vem, Vossa Excelência, com o tal do "nhec, nhec". Nhec, Nhec me lembra mais alguma coisa do folclore nordestino, não tem nada a ver conosco, paranaenses aqui.

Acho que o Paraná tem que levar as coisas muito a sério, independente de usarmos vocabulários que não condizem com a nossa sociedade, com a nossa comunidade. O "nhec, nhec", ou é coisa do folclore nordestino ou é qualquer coisa relacionada com uma cama velha, Deputado Zuk. Vossa Excelência me dizia que de vez em quando faz o tal do "nhec, nhec". Não tem nada a ver conosco, Parlamentares, não tem nada a ver com o Governo do Paraná e muito menos a ver com a nossa Assembléia, que é uma Assembléia que, tenho certeza, como Vossa Excelência veio para cá, evidentemente engrandecer este Parlamento aqui com a Bancada do PT, com os demais partidos.

Queremos levar a coisa a sério, discu-

tir à exaustão os projetos, aquilo que diz respeito ao interesse do povo do Paraná. Mas "nhec, nhec", "nhe, nhe, nhem", que fique lá pelas plagas de Brasília que aqui não pega.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Ato da Presidência 006/95: "O Presidente da Assembléia declara..."

A Mesa encarece aos Senhores Deputados e Lideranças para que procedam a indicação das Comissões já criadas. A do Bingo que não tem nenhuma indicação, a do Porto de Paranaguá que tem duas indicações. A Mesa vai dar o prazo de cinco dias para que se procedam as indicações e se isso não acontecer vamos considerar extinta a Comissão que não se compor.

O SR. ANGELO VANHONI - Senhor Presidente, peço a palavra para fazer um comunicado à Mesa.

Deputado Anibal Khury, Senhores Deputados. Quero noticiar a presença nesta Casa de Leis de vários representantes da comunidade do litoral, em especial de Paranaguá e representante de associações de moradores das praias. Hoje aconteceu uma reunião muito importante na Cidade de Paranaguá, pela manhã, com a presença do Prefeito Municipal, com a presença dos Vereadores da Câmara Municipal de Paranaguá, com a presença de representantes dos sindicatos de todos os trabalhadores da orla portuária, com a presença de representantes do Porto de Paranaguá e que trazem à Assembléia Legislativa uma postulação para abrir o debate sobre a questão da emancipação dos municípios da praia.

Sabemos que esse debate acontecerá na Assembléia Legislativa. A reivindicação que a Comissão faz que esse debate seja o mais amplo possível e que o povo de Paranaguá que muito tempo labutou e trabalhou para construir o nosso litoral, tenha a oportunidade de demonstrar os seus argumentos contra a iniciativa de separação do Município de Paranaguá.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa pede ao Senhor Deputado Elío Rusch, que esclareça o comparecimento do Ministro Reinhold Stephanes nesta Casa. Se há alguma coisa positiva para que tomemos as providências necessárias.

O SR. ELIO RUSCH - Atendendo a solicitação

do Presidente da Assembléia, informamos oficialmente, como já o fiz da tribuna, que diante dessas colocações feitas por diversos Deputados aqui na Assembléia Legislativa, com relação a reforma da Previdência, conversamos pessoalmente com o Ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, e ele se prontificou de vir a Assembléia Legislativa para debater a questão da reforma da previdência e previamente ficou estabelecida a data do dia 4 de maio para que o Ministro venha a esclarecer para os Deputados e para a sociedade paranaense as reformas da Previdência.

Neste momento, fazemos, então mais uma vez, oficialmente este comunicado que o Ministro da Previdência tem pretensões, atendendo o convite, uma sugestão da nossa Bancada para debater amplamente as reformas previdenciárias propostas na revisão da Constituição com toda a sociedade e nada mais justo, nada mais certo do que o Ministro debater esta questão com os Deputados Estaduais da Assembléia Legislativa do nosso Estado, a exemplo daquilo que já tem acontecido no Estado de Santa Catarina, quando o Ministro debateu também as reformas na Assembléia Legislativa de Florianópolis.

Neste momento comunicamos então à Presidência da Assembléia Legislativa, Deputado Anibal Khury, para que a Assembléia proceda através da sua Executiva e do Cerimonial os últimos contatos em relação a visita, o comparecimento do Ministro aqui na Assembléia Legislativa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Notem os senhores visitantes de Laranjeiras do Sul, a mais alta autoridade que é o Prefeito, que nos honra, juntamente com sua comunidade, quando aqui vem irmanamente pedir a emancipação de um de seus distritos, mais precisamente o Distrito de Barreirinho, como também vem nesta Casa alguns ou vários segmentos da sociedade do Município de Paranaguá pedindo a não emancipação de alguns balneários do nosso querido litoral do Estado.

Nós que nos assentamos com a representação política que possuímos, o Nereu Moura no seu domicílio, nós na região dos Campos Gerais, sentimos na pele e de perto o que é emancipação. Não podemos de forma nenhuma e aqui eu quero externar o posicionamento nosso, criarmos um filho desde os primeiros dias da tenra idade, amamentá-lo através da nossa esposa, da nossa mãe, educar através das nossas professoras, nas nossas escolas, formá-lo numa faculdade e direcionar o caminho de sua vida, sem que ele tenha que ir neste caminho. Nem um filho nosso conseguimos fazer com que ele siga o caminho. A emancipação

que Deus oferece ao ser humano é a mesma emancipação que a natureza, que o progresso e principalmente aqueles que necessitam urgem.

Lá em Ponta Grossa, nós de Castro estamos através não da nossa alçada, do ilustre Deputado Anibal Khury, com a emancipação do Distrito de Carambei, uma parte de Ponta Grossa que sai, uma parte de Castro que também empresta, mas o município forte, um povo que vai ser atendido, os reclamamos das estradas, das escolas, da saúde, lá eles terão a sua melhoria e nós, com dor no coração, cedemos.

Hoje aqui está o Paraná presente em toda a sua plenitude 54 Deputados, sabem perfeitamente bem que nós criamos os nossos filhos para o mundo, para no dia de amanhã com a continuação da nossa espécie e do nosso nome. Não poderia nunca aquela faixa ali estar, Jaime, Algaci e Anibal não traíam a nossa confiança. Asseguro a vocês, nunca eles irão trair vocês. Eles vão atender os reclamamos da família do Paraná e o interesse melhor para todas as famílias que fazem o conjunto do nosso querido Estado. Tenho a certeza ilustre Deputado que aquela faixa não deveria ali estar, o senhor nunca traiu a confiança de quem quer que seja, muito menos o nosso ilustre Líder do Governo Algaci Túlio e todos os Deputados que têm assento no Litoral.

Não permito como Deputado que alguém venha nesta Casa agredir aquilo que é mais caro ao Paraná, que é a consciência da representação política. Se no dia de amanhã nobre Deputado Vanhoni neste debate eu ver que a emancipação deve ser feita, voto de consciência tranqüila, como votei na emancipação de Carambei. Tenho a certeza, Senhores Deputados, nesta Casa o respeito, a dignidade e a honestidade principalmente aqui sobra; traição é para quem forja na idéia uma pré-disposição de avaliação numa posição política.

Era isso Senhor Presidente.

O SR. ANGELO VANHONI (Pela Ordem) - Nobre Deputado Zuk, Senhores Deputados, em especial o Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, e Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, espero que transmita isso também para o Governador Jaime Lerner.

Deputado Zuk, em que pese o tom apaixonado pela defesa brilhante que Vossa Excelência fez contra a vinculação da faixa com os dizeres que ali estão, eu só queria ponderar alguma coisa Deputado Zuk. O senhor há de entender de que os moradores não foram com a intenção nem de macular a imagem, a honra nem do Deputado Anibal Khury, nem do Deputado Algaci, muito menos do Governador Jaime Lerner; a intenção dos moradores de Paranaguá ao escrever esta

faixa é porque os filhos de Paranaguá há muitos e muitos anos lutam para que o litoral tenha o mesmo prestígio que demais regiões do Paraná têm. E não entendem que a separação do município seja a solução.

Então, gostaria que Vossa Excelência entendesse a maneira como está escrito, a expressão talvez inadequada deste sentimento, que é de que o litoral, as praias, a região é na realidade um patrimônio dos avós destes que aqui estão, dos pais, dos filhos que virão, e assim por diante.

Então, não foi com a intenção de macular a honra nem do Presidente desta Assembléia, muito menos do Líder do Governo, e muito menos do Governador Jaime Lerner; foi a simples manifestação das pessoas que moram na periferia da nossa cidade do litoral, que é muito sofrido, e que porventura, e que por ocasião do debate, quando esta Assembléia for debater a questão da emancipação, nós teremos a oportunidade de poder trazer para a Assembléia Legislativa qual a saída, e não a saída da emancipação porque no nosso entender não resolve o problema da má assistência que o Governo do Estado, nos últimos 20 anos, tem tido para com o litoral do nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. NELSON JUSTUS (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Tenho quase certeza que desta feita aquele projeto que andou de gavetas em gavetas aqui pela Assembléia na Legislatura passada deverá ter vez, porque nós já no começo dessa Legislatura já sentimos aí a disposição grande de alguns Deputados, alguns com justa razão, com todos os seus méritos no que diz respeito a criação dos municípios.

Só através de uma regulamentação é que nós poderemos evitar uma injustiça e a procriação exagerada de alguns municípios. No entanto, não podemos esquecer que somente os filhos maltratados é que querem sair de casa; aqueles bons filhos muitas vezes preferem permanecer sob as asas da família. Mas não vejo também nenhuma intenção com todos os seus méritos, no que diz respeito a criação dos municípios.

É preciso, Senhor Presidente, e faço este apelo e uma comunicação a esta Casa, que mais do que nunca precisamos regulamentar a criação de municípios. Só através de uma regulamentação é que poderemos evitar injustiças e a procriação exagerada de alguns municípios.

No entanto, não podemos esquecer que somente os filhos maltratados é que querem sair de casa, aqueles bons filhos, muitas vezes, preferem permanecer sob as asas da família. Mas não vejo também nenhuma intenção que não fosse a de chamar a aten-

ção, a de macular a imagem de nossos Parlamentares, nesta faixa, um pouco infeliz, mas não agressiva, e não vejo, de certa forma, nenhuma intenção nisso.

Mas, tenho certeza que outras faixas, iguais a esta, irão aparecer a todo instante, nessa Assembléia, a partir desse instante em que começa a se desencadear movimentos de separação de municípios. E só vamos ter condição de analisar, caso a caso, no momento em que prospere um projeto, de minha autoria e de outros Deputados, que regulamenta a criação de municípios. Caso contrário, iremos assistir faixas e faixas e corremos um sério risco, de cometermos algumas injustiças. Por isso o meu pronunciamento, o único objetivo, e há pouco ainda conversava com alguns Parlamentares, que vou me empenhar, a fundo, contra tudo e contra todos, e a favor de muitos, para que se regulamente, de uma vez por todas a criação de municípios. Não que eu seja contra mas sou contra a falta de critérios e regulamentações.

Por essa razão justifico essa minha fala, e aguardo, aqueles que estavam realmente preocupados com a procriação exagerada de municípios. Nada, em absoluto, em particular com aqueles que estão aqui hoje, com o município das praias ou de Barreirinho ou coisa parecida, nada, em absoluto, apenas a falta de regulamentação vai fazer com que cenas como essa sejam muito corriqueiras, neste Plenário.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)
Senhor Presidente.

Só queria deixar registrado, neste Parlamento, que fiz, em Paranaguá, quase dois mil votos. Já é a terceira vez que faço uma votação expressiva com os parnanguaras. Nunca os trai e nunca vou trair. E nem o Deputado Algaci os traiu e nem o Deputado Anibal.

Mas é bom ficar registrado aqui, já fiz vários pronunciamentos, neste Parlamento, a respeito da infra-estrutura para as praias do Paraná, Senhores. Porque existe uma revolta geral nos balneários hoje, no Paraná. Existe.

E houve uma reunião, não foram estes Senhores e Senhoras que estão hoje aqui que fizeram esta reunião, mas publicaram num jornal de Paranaguá que o Deputado Alborghetti, o Deputado Anibal, o Deputado Algaci, eles é que tinham que resolver o problema do litoral do Paraná. Somos apenas um Deputado, Ângelo Vanhoni, aqui somos um Parlamentar. Estamos aqui para aprovar Leis, para criar Leis! Agora, o importante disso tudo seria, por exemplo, na época do Governador João Elísio, ele fez aquela Avenida Atlântica, ligando a Pedra de Matinhos até Caiobá. Hoje quando

se fala em praia só se fala em Caiobá, só Caiobá é que é Caiobá!

Caiobá não tem vida, Caiobá depende de Matinhos! Agora está sendo fechado o supermercado Real lá em Matinhos, o povo de Caiobá vai ter que comprar lá no Brásão, lá atrás. O que é importante no programa do Governo de Jaime Lerner, tenho o programa, gravei todos os programas do TRE, o Governador Jaime Lerner tem uma plataforma que é importante levar como fez o Balneário Camboriú, levar infra-estrutura, levar empresas, gerar empregos, levar indústrias, levar supermercados, criar como Guaratuba fez, não criou um Shopping que gera empregos. Praia de Leste clama por infra-estrutura, todos os balneários clamam por infra-estrutura. Houve uma reunião do Governador Jaime Lerner, se V. Exa. me permite Deputado Vanhoni, a qual participei, o Deputado Algaci participou, todos os que o apoiam, não sei se todos estavam, mas participei do programa de governo do Governador Jaime Lerner quando ele estava iniciando na campanha, que ele estava com 12% e o Governador Álvaro Dias estava com 50 e poucos por cento.

Naquela época ninguém era Lerner, todo mundo se escondia, e estávamos ali na campanha e fomos pari passu caminhando no Paraná. E na plataforma de Governo, me permita, vou mostrar no meu programa de televisão na Rede Independência às 13:00 horas, vou mostrar o trecho da infra-estrutura para o litoral do Paraná. Tem um trecho no programa de Governo que o Governador Jaime Lerner quer levar infra-estrutura para Pontal do Sul, para Praia de Leste.

Está na plataforma Deputado Algaci, está no meu Gabinete, o Governador Jaime Lerner começou o Governo faz três meses, agora não quero deixar patenteado aqui pelos dois mil votos que fiz em Paranaguá, respeito os parnanguaras, defendo como sempre defendi que no Porto de Paranaguá tem que ter homens parnanguaras defendendo o Porto, não é buscar no interior do Paraná, quem tem que defender Paranaguá é gente de Paranaguá. Sempre fui desta idéia. E vou dizer, a faixa ali me assustou, o Deputado Anibal Khury nunca foi traidor, o Deputado Algaci nunca foi traidor, nós aqui Deputados nunca fomos traidores. Quero dizer à Paranaguá, sempre vem gente em bloco procurando o Gabinete do Algaci, do Deputado Anibal, o meu, do Ângelo Vanhoni, do Deputado Nelson Justus, de todos aqui, e temos que atender a todos.

Tem um grupo muito grande que quer emancipação de Pontal do Sul, e tem um grupo maior ainda não querendo a emancipação de Pontal do Sul. Então não há traição, em hipótese alguma haverá traição aqui nesta Casa, estamos aqui é para apro-

var aquilo que o povo quer, aquilo que o povo precisa, não há traição. O que aqui é importante é o debate, aconteceu o debate lá, vamos trazer o debate para esta Casa, vamos debater aqui, vamos ver o que é importante aqui, vamos ouvir todos os Deputados, vamos ouvir todos os parnanguaras que querem cuidar das praias do litoral do Paraná.

É esse meu ponto de vista, muito obrigado!

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero dizer que quem vai decidir os destinos lá do Barreirinho, ou do Pontal, muitas vezes não é essa Comissão que está aí, não são os Prefeitos, os Vereadores, a Associação de Moradores, assim como o pessoal de Pontal do Sul, é a população lá, que está lá, são eles que sabem o que é bom para eles, e o exemplo foi em Rancho Alegre do Oeste, o Nelson Tureck foi o primeiro Prefeito de Luiziania e tínhamos aqueles que eram contra, eles não sabiam o que era bom para aquele distrito e provamos o que é bom, hoje uma cidade feliz, alegre e contente. E fomos no distrito de Rancho Alegre lá no município de Goioerê, quando a população de Goioerê inteira era contra o distrito, e fomos lá em comício a pedido das lideranças e do Padre e dissemos àqueles que estavam contra e que moravam não no distrito de Rancho Alegre, mas que moravam em Goioerê, não queriam o futuro, não queriam ver dias melhores, para aquela população.

Então a vocês, vocês devem lutar, devem se respeitar vocês que são contra, com todo respeito, vocês que são a favor, quem vai decidir é o plebiscito, e dizer, a Alemanha é do tamanho do Paraná e tem 6 mil municípios e o Paraná tem 371 municípios. Um município é vida nova, é o povo administrando seus recursos.

Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Não poderia me calar, também, mas quero, aqui, agradecer a solidariedade dos Parlamentares, dizer do meu maior respeito e carinho para com o povo de Paranaguá. Se não fosse assim, estaríamos discutindo aqui, nesta Casa, a questão da CPI do Porto. Paranaguá não pode pagar um preço tão caro pela incompetência e pela malversação do dinheiro público no Porto de Paranaguá. E aí já demonstro minha preocupação por Paranaguá.

Vou mais além, estamos discutindo com a Superintendência do Porto de Paranaguá juntamente com o Deputado Vanhoni, a cobrança do imposto sobre serviços do Porto

de Paranaguá revertendo para a Prefeitura de Paranaguá. Coisas que os governos anteriores não permitiriam que acontecesse.

Juntamente com o Deputado Vanhoni fizemos o projeto de lei que cria a CODEL - Coordenação do Litoral, uma espécie de COMEC da Região Metropolitana, que é para atender não só a questão de Pontal do Sul, das praias de Praia de Leste até Pontal do Sul, mas sim todo o nosso litoral, a nossa faixa de litoral que é tão pequena mas que é tão mal servida, em que pese a existência dos municípios.

Acho que a criação de Pontal do Paraná, e já tivemos a grande oportunidade do debate - em 1990, quando esta Casa aprovou e já criou o Município de Pontal do Paraná. Ele já está criado por lei sancionada pelo ex-Governador Álvaro Dias. O que se discute agora não é a criação do município, mas é a vontade popular, a democracia que deve prevalecer permitindo a toda população que diga se quer ou não quer o município.

O que compete à Casa é a realização do plebiscito. Aí é um papel que devem as autoridades de Paranaguá brigar junto ao TRE, ao Tribunal Regional Eleitoral e a esta Casa, compete: complementar o projeto de lei votando pela realização do plebiscito e a comunidade envolvida ela é quem vai decidir.

Aqui estão parnanguaras, aqui não estão os excluídos. Aqueles que, infelizmente, têm vivido até hoje, as agruras, os sofrimentos de morar nas praias que são comandadas pelo Município de Paranaguá. Não é problema do atual prefeito, é de todos os prefeitos que passaram por Paranaguá. Acho, agora, que é o momento de permitir à população - num espaço democrático que é o plebiscito - de decidir se quer ou não quer o Pontal do Paraná.

A vontade não é do Deputado Algaci Túlio. A vontade é de um Conselho que foi criado lá no litoral, Conselho que diz que já tem mais de cinco mil assinaturas favoráveis, que é o Conselho das Associações das Praias de Paranaguá. Este Conselho que está lutando pela emancipação. E ao Parlamentar compete fazer com que a lei aconteça, a vontade popular, o plebiscito é que vai decidir. Não é a vontade particular ou não do Deputado Algaci Túlio.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, temos acompanhado atentamente a questão da criação deste município desde o antigo projeto do Deputado Anibal Khury, de Pontal do Paraná. Vimos que, naquela época, já aconteceram inúmeras manifestações e a Prefeitura de Paranaguá, alegando uma série de motivos instalou a sede do Município de Paranaguá na localidade de Pontal do Sul. E esta sede ainda,

segundo nos consta, permanece mensalmente fazendo, recebendo reuniões na Câmara de Vereadores de Paranaguá no Município de Pontal do Paraná.

Aquela época, inclusive, entrei com emenda no Projeto do Deputado Anibal Khury anexando, também, a Ilha do Mel no Município de Pontal do Paraná. Entretanto, na sequência, junto com o Deputado Anibal, analisando melhor a situação, de um grande porto que é o Porto de Paranaguá, dos graves problemas sociais que existem hoje dentro do Município de Paranaguá, com um grande número de população carente e um território exíguo, excetuando-se a área que está afeta ao litoral que também pertence na circunscrição de Paranaguá.

Analisando do nosso lado, Deputado Anibal Khury, também naquela época retrocedeu, fez uma justificativa colocando seus pontos de vista, inclusive revogando a questão daquele município.

Posteriormente vimos o Deputado Algaci Túlio levantando a bandeira desta nova criação do município. Toda a época de temporada aflora a idéia da criação do município do litoral do Paraná, que pode ser em Ipanema, Pontal ou Praia de Leste ou Alexandra, que é a sede originária do Distrito que compreende aquela região.

Entretanto, queria fazer um apelo aqui aos Senhores Deputados, ao nosso Presidente, ao Deputado Vanhoni, ao Deputado Alborghetti, Algaci Túlio, entendo que o Governo do Paraná, o Governador Jaime Lerner tem uma proposta, como bem disse o Deputado Alborghetti, tem uma proposta para o litoral, existe uma proposta do Governo. O Deputado Vanhoni entrou com um projeto, está nesta Casa, da criação da CODEL ou CODELI - Companhia de Desenvolvimento do Litoral. Há muito a mim preocupa a questão de se criar um município no litoral, que é diferente de criar um município como Barreirinho, como um município da nossa região do interior do Estado, porque o município do litoral vai perceber uma exígua quantia de recursos, de dinheiro do Governo Federal, que é o FPM, e menor ainda do Estado do Paraná que é o ICM e não terá as condições necessárias de ter a infraestrutura que o litoral, que é sazonal, sabemos, necessita.

Bem, está correto o Deputado Nelson Justus, tem que ver o que é bom para a maioria. É lógico que para uma minoria pode ser bom esta questão da criação do município, mas para a grande maioria do Paraná que se utiliza do litoral vai encontrar os mesmos, talvez até mais problemas posteriormente.

Proponho aqui a esta Casa que façamos uma discussão, que levemos esta idéia do Deputado Vanhoni, o Prefeito Tortatto, umas Comissões, Deputado Algaci Túlio que

é o líder do Governo, que levem a proposta ao Governador do Estado e talvez o próprio Governador abrace a idéia dessa companhia de desenvolvimento e que se atinja o objetivo principal que talvez não seja a criação do município, mas resolver o problema da população sazonal flutuante que vem na época do verão e que fora do verão quem permanece na região é a população litorânea que trabalha, que vive lá há mais de cem anos.

Era isto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa agradece a presença dos representantes de Paranaguá e quer dizer a eles, claro que não gostamos da faixa: Jaime, Algaci e Anibal, não traem nossa confiança. E agradecemos o Zuk e os outros Deputados que nos defenderam, o Luiz Carlos Alborghetti, e queremos dizer a Paranaguá e aos responsáveis por esta faixa, citar algumas palavras de Voltaire, hoje estou inspirado: "Não concordo com uma só palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte o direito dedizê-la".

Deputado Fernando Carli, chefe da Casa Civil, Secretário da Casa Civil, cumprindo dispositivo constitucional entrega à Mesa a Lei de Diretrizes Orçamentárias previstas no Art. 22, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A Mesa agradece a presença do Secretário e encaminhará o Projeto à Comissão de Orçamento, comissão competente para apreciar este projeto de lei.

Muito obrigado pela presença do Chefe da Casa Civil, Deputado Federal que muito nos honra.

A Mesa ainda tem a incumbência de ouvir o Plenário sobre a presença do Ministro Reinhold Stephanes no dia 4 e quer que o Plenário participe desta decisão.

Senhores Deputados que concordam com a presença do Ministro conservem-se como estão. **Aprovada a presença do Ministro.**

E a Mesa informa que a presença do Ministro será regulamentada pelo artigo 97 do Regimento Interno, 97 e 98, por analogia, porque representa a convocação de Secretário de Estado.

Sobre a mesa, Ofício ATG 0233/95, subscrito pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando Balanço Geral das Contas da Administração Direta e Indireta do Estado, relativo ao exercício de 1994. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constante do expediente.

diente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - É só para lembrar Vossa Excelência, Deputado, Presidente Anibal Khury, que já há inclusive um Requerimento de nossa autoria, que na ausência de Vossa Excelência foi aprovado, convidando o Ministro para este pronunciamento aqui na Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito. O Requerimento de Vossa Excelência será considerado.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 010/95, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Professor José Pochapski, ex-Prefeito do Município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 02

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/95, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que reajusta o vencimento básico mensal dos cargos de Auditor, Procurador do Estado e Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a partir de 1º de março de 1995. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 100/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O vencimento básico mensal dos cargos de Auditor e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Paraná, fica fixado, a partir de 1º de março de 1995, em R\$ 2.143,65 (dois mil, cento e quarenta e três reais e sessenta e cinco centavos).

Art. 2º - O vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Paraná, fica fixado, a partir de 1º de março de 1995, em R\$ 2.256,47 (dois mil, duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta e sete centavos).

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos nos artigos 1º e 2º, mantidas as demais disposições da Lei nº 10.092, de 05 de outubro de 1992.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.95.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 71/95

PROJETO DE LEI Nº 100/95

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tem por objetivo reajustar os vencimentos dos cargos de Auditor, Procurador do Estado e Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado, a partir de 1º de março de 1995, e dos Conselheiros em 14.09%.

Analisando sob os aspectos legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.03.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CEZAR SILVESTRI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 100/95

P A R E C E R:

A presente proposição, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo reajustar o vencimento básico mensal dos cargos de Auditor, Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas e Procurador Geral junto ao Tribunal.

Já tendo recebido parecer favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças não

Curitiba, segunda, em 17.04.95

encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.04.95.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente e Relator

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 778 a 781, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 812 e 813, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 772, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 773, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 775, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 776, de autoria do Senhor Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 777, de autoria do Senhor Deputado Péricles de Mello, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk, Emerson Nerone, Ângelo Vanhoni, Doutor Rosinha e Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 782 a 784, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 785 e 786, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 788, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 789 a 794, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 796 a 798, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 795, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha e Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 799 e 800, de

autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 801, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 803, 804, 809 e 810, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 802, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 762, de autoria dos Senhores Deputados Irineu Colombo e Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 765, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 807, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 814 de autoria dos Senhores Deputados Ricardo Chab e José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 805, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento n° 806, de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento n° 811, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento n° 815, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando ou-

tra para terça-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 100/95.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 021, 030, 075, 087 e 101/95.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TULLIO, EM SESSÃO DO DIA 17 DE ABRIL DE 1995.

"SENSAÇÃO DE SEGURANÇA" e

"PASSOU NO TESTE"

Jornal: O Estado do Paraná

A questão da segurança sempre aparece entre as cinco prioridades de governo, apontadas pela sociedade em todas as pesquisas de opinião pública realizada nos últimos dez anos no Paraná. Invariavelmente, a população reclama maior atenção das autoridades para as áreas da educação, saúde, moradia, emprego e segurança pública. Em certas ocasiões, a segurança aparece no topo das reivindicações, não obstante o Paraná ser uma verdadeira ilha de tranquilidade, se comparado com outros Estados brasileiros. Os índices de criminalidade registrados aqui estão aquém da média nacional. Curitiba é uma cidade relativamente calma, felizmente não acompanhou o gráfico de outras capitais de igual porte, já que Rio de Janeiro e São Paulo são "hors-concours" na matéria, devido aos seus mais de dez milhões de habitantes.

A situação privilegiada não é fruto apenas da boa índole, da formação étnica da população, da posição econômica mais confortável dos paranaenses, inclusive de grande camada de patrícios classificados como de "baixa renda". Sofremos também, como as demais unidades da Federação, com o problema da falta de empregos, com o subemprego, com o gigantesco êxodo do campo, com o inchaço das periferias das médias e grandes cidades provocado por gente em busca de tratamento médico ou atrás de melhores condições de vida. Não somos exceção no quadro da realidade nacional. E se não enfrentamos os graves problemas de segurança pública anotados em outras regiões, atribuímos tal fato, em grande parte, à qualidade da polícia que temos. Tanto é verdadeira a nossa assertiva que são mais raros aqui os casos de policiais me-

tidos em atividades marginais. E quando isso acontece, a punição tem vindo rigorosa e fulminante.

De janeiro para cá, o setor vem passando por uma fase das melhores de que se tem notícia nas últimas décadas. O titular da Secretaria de Segurança Pública conseguiu imprimir nos dois ramos da polícia - a Militar e a Civil - um novo ritmo de trabalho, cujos frutos são perfeitamente notados e sentidos pela comunidade. O Secretário Cândido Martins de Oliveira revela-se um chefe criativo e dinâmico e tais virtudes devem estar sendo absorvidas pelos seus comandados, já que a qualidade do policiamento preventivo, de investigação e repressão melhorou a olhos vistos. Os gráficos apontam queda expressiva da ação dos criminosos.

Diariamente a imprensa registra desmantelamento de quadrilhas, fechamento de oficinas de desmanche de veículos roubados, interdição de estabelecimentos que funcionam irregularmente ou colocando em risco a integridade da população. As blitz tornaram-se rotina em todos os pontos das cidades, na capital e no interior; são mais frequentes as barreiras nas estradas e ruas do Paraná, dificultando a atividade de ladrões e narcotraficantes. Entra agora a Secretaria de Segurança Pública em nova empreitada: o controle das armas de fogo. A ordem é fiscalizar com rigor o comércio de armas e munições e tornar mais seletiva a autorização para o porte de revólveres de defesa pessoal. Uma arma em poder de uma pessoa sem treinamento acaba, invariavelmente, nas mãos do bandido.

A campanha de desarmamento da população é boa, se acompanhada pela confiança da sociedade de que contará com eficiente proteção da polícia. A reativação dos módulos da Polícia Militar, a intensificação das rondas motorizadas, a cavalo e em duplas Cosme e Damião surtem efeito imediato, como está acontecendo. O Secretário da Segurança está no caminho certo e, com certeza, continuará contando com o apoio da comunidade.

"PASSOU NO TESTE"

Cem dias de Governo, completados ontem: fim do período de aprendizagem e da clássica trégua política. Daqui para frente, não há mais desculpa plausível para equívocos e omissão. Todos os que integram a equipe já devem ter aprendido o caminho das pedras da complicada máquina burocrática do Estado. Não deve haver chance para segunda chamada. Quem não se adaptou ao serviço público deve ser dispensado, que não há tempo a perder. Todos os ocupantes de cargos de primeiro e segundo escalões têm que estar prontos para o grande desa-

fio de conduzir a administração do Paraná pelos próximos quase quatro anos do atual mandato. Quem aceitou convite para ocupar cargo de direção no Governo não pode, nestas alturas dos acontecimentos, ter outro compromisso além da missão que lhe foi confiada pelo Governador. Todos serão fiscalizados e cobrados pela sociedade; são homens de vida pública com responsabilidades de bem servir os contribuintes, que lhes pagam o salário e abastecem os cofres do erário com recursos que têm que ser gastos com austeridade extrema.

Como foram os primeiros dias do Governo Jaime Lerner?

O novo hóspede do Palácio Iguçu saiu-se bem, impôs o seu estilo, já conhecido dos curitibanos, que o tiveram como Prefeito da cidade por três gestões. Disse, ao assumir, que pretendia fazer um Governo criativo e alegre e, de fato, está inovando. São tempos difíceis, todos sabemos. Logo nos primeiros momentos, Lerner teve que administrar a calamidade provocada pelas enchentes, o longo período de chuvas que criou problemas sérios nas cidades e no campo. Recursos previstos para diversos programas de impacto tiveram que ser relocados para socorrer os flagelados e realizar obras emergenciais nas estradas e de combate às enchentes, como a abertura do canal extravasor do Rio Iguçu, na Região Metropolitana de Curitiba. Enfrentou também o novo Governo a questão salarial do funcionalismo público, concedendo reajuste diferenciado além das possibilidades de caixa do Estado.

Apesar disso, o Governador começou a implantar diversos Programas na área social: as Vilas Rurais, o Vale Saber, o Paraná mais Saúde (farmácias básicas e centrais de marcação de consultas médicas), o Formando o Cidadão, Câmbio Verde, Linha do Ofício e o Lixo que não é Lixo. O setor de Segurança Pública está recebendo atenção especial e a educação merece prioridade absoluta. A partir de agora, o Governo deverá se concentrar num objetivo que envolverá todos os órgãos do Estado: o aumento da arrecadação a combate à sonegação de impostos. A Secretaria da Fazenda já localizou os pontos vulneráveis da máquina fiscalizadora e já tem preparada uma gigantesca campanha para duplicar o recolhimento do ICMS. Grandes sonegadores serão caçados e obrigados a pagar os impostos que vêm sonegando há anos.

O conceito de Lerner, como administrador eficiente ajuda o Paraná na obtenção de maiores recursos, inclusive internacionais, necessários ao desenvolvimento econômico e social. Novos investimentos serão atraídos para o Estado, com certeza, daqui para frente; diversos projetos começam a ser encaminhados a organismos de financia-

mento, em especial o BID. Jaime Lerner passou no teste dos cem dias: é hoje o Governador do Estado que desfruta do melhor índice de aprovação popular. Conta com o apoio da maioria dos Deputados e é excelente o seu relacionamento com o Poder Judiciário. Tem tudo para realizar uma administração para ficar na história. Boa sorte!

DIRETORIA LEGISLATIVA COORDENADORIA DE APOIO ÀS COMISSÕES

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão de Constituição e Justiça:

Presidente: Joel Coimbra

vice-Presidente: Antônio Belinati

Membros: Luiz Cláudio Romanelli, José Tavares, Toti Colaço, Antonio Annibelli, Geraldo Cartário, Walmor Trentini, Valdir Rossoni, Carlos Simões, Basílio Zanusso, Nelson Justus, Eduardo Trevisan, Emerson Nerone, Beto Richa, Dúlio Genari, Nelson Tureck, José Maria Ferreira, Renato Adur, Durval Amaral, Augustinho Zucchi, Edson Silva Lino, Edno Guimarães, Algaci Túlio, Elio Lino Rusch, Plauto Miró Guimarães, Jocelito Canto, Marcos Alves, Florisvaldo Fier, Cezar Silvestri.

Secretária: Ana Lúcia Andretta

Ramal: 203

Comissão de Finanças:

Presidente: Durval Amaral

vice-Presidente: Elio Lino Rush

Membros: Orlando Pessuti, Albanor Gomes, Milton Puppio, Nelson Justus, Florisvaldo Fier, Nereu Moura, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Sérgio Spada, Edno Guimarães, Eduardo Trevisan, Angelo Vanhoni.

Secretário: Wilson Penka

Ramal: 450

Comissão de Orçamento:

Presidente: Nelson Justus

vice-Presidente: Luiz Cláudio Romanelli

Membros: Durval Amaral, Albanor Gomes, Walmor Trentini, Plauto Miró Guimarães, Angelo Vanhoni, Eduardo Trevisan, José Maria Ferreira, Renato Adur, Sérgio Spada, Edno Guimarães, Basílio Zanusso, Emerson Nerone.

Secretária: Betina Grupenmacher

Ramal: 470

Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio:

Presidente: Augustinho Zucchi

vice-Presidente: José Maria Ferreira

Membros: Nereu Moura, Edno Guimarães, Reny Borsatto, Eduardo Trevisan, Irineu Colombo, Albanor Gomes, Orlando Pessuti, Toti Colaço, Milton Puppio, Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Alborghetti, Péricles Mello.

Secretário: Rubens Bremer
Ramal: 470

Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação:

Presidente: Geraldo Cartário
vice-Presidente: Cleiton Kielse
Membros: José Maria Ferreira, Milton Puppio, Reny Borsatto, Marcos Alves, Péricles Mello, Sérgio Spada, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Edno Guimarães, Carlos Simões, Jocelito Canto, Florisvaldo Fier.
Secretária: Sandra Zampier
Ramal: 450

Comissão de Educação, Cultura e Esportes:

Presidente: Péricles H. Mello
vice-Presidente: Renato Adur
Membros: Cleiton Kielse, Irondi Pugliesi, Walmor Trentini, Basílio Zanusso, Eduardo Trevisan, Irineu Colombo, Nereu Moura, Luiz C. Romanelli, Antonio Annibelli, Antônio Belinati, Reny Borsatto, Marcos Alves.
Secretário: Richard Ruppel Sotto Maior
Ramal: 450

Comissão de Terras, Imigração e Colonização:

Presidente: Nereu Moura
vice-Presidente: Edson Silva Lino
Membros: Toti Colaço, Milton Puppio, Reny Borsatto, Jocelito Canto, Irineu Colombo, Durval Amaral, Augustinho Zucchi, Renato Adur, Luiz Acorsi, Basílio Zanusso, Marcos Alves, Florisvaldo Fier.
Secretária: Leila Godoy
Ramal: 450

Comissão de Segurança Pública:

Presidente: Ricardo Chab
vice-Presidente: Luiz Carlos Alborghetti
Membros: José Tavares, Duílio Genari, Edno Guimarães, Carlos Simões, Angelo Vanhoni, Sâmis da Silva, Jocelito Canto, Cleiton Kielse, Joel Coimbra, Walmor Trentini, Elio Lino Rusch, Irineu Colombo.
Secretária: Mirian Ribeiro Percinotto
Ramal: 450

Comissão de Saúde Pública:

Presidente: Luiz Accorsi
vice-Presidente: Edson Silva Lino
Membros: Sâmis da Silva, Orlando Pessuti, Basílio Zanusso, Jocelito Canto, Florisvaldo Fier, Antônio Belinati, Irondi Pugliesi, Cleiton Kielse, Ricardo Chab, Reny Borsatto, Eduardo Trevisan, Péricles Mello.
Secretário: Osmar Prestes
Ramal: 203

Comissão de Redação:

Presidente: Nelson Justus
vice-Presidente: Walmor Trentini

Membros: Orlando Pessuti, Durval Amaral, Joel Coimbra, Carlos Simões, Péricles Mello, Eduardo Trevisan, Milton Puppio, José Tavares, José Maria Ferreira, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Emerson Nerone.
Secretário: Severo Olimpio Sotto Maior
Ramal: 450

Comissão de Tomada de Contas:

Presidente: Valdir Rossoni
vice-Presidente: Nereu Moura
Membros: Orlando Pessuti, Antonio Annibelli, Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Alborghetti, Florisvaldo Fier, Antônio Belinati, José Tavares, José Maria Ferreira, Augustinho Zucchi, Elio Lino Rusch, Eduardo Trevisan, Emerson Nerone.
Secretária: Maria Regina Subtil
Ramal: 203

Comissão de Turismo:

Presidente: Sâmis da Silva
vice-Presidente: Nelson Tureck
Membros: Ricardo Chab, Sérgio Spada, Elio Lino Rusch, Jocelito Canto, Angelo Vanhoni, Orlando Pessuti, Walmor Trentini, Toti Colaço, Irondi Pugliesi, Carlos Simões, Marcos Alves, Irineu Colombo.
Secretário: Delora Therezinha Carvalho
Ramal: 450

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente:

Presidente: Plauto Miró Guimarães
vice-Presidente: Irondi Pugliesi
Membros: José Maria Ferreira, Cleiton Kielse, Algaci Túlio, Marcos Alves, Irineu Colombo, Reny Borsatto, Geraldo Cartário, Orlando Pessuti, Nereu Moura, Edno Guimarães, Jocelito Canto, Angelo Vanhoni.
Secretária: Luciane Maria Andretta
Ramal: 450

Comissão de Fiscalização:

Presidente: Duílio Genari
vice-Presidente: Nelson Justus
Membros: José Tavares, Luiz C. Romanelli, Antônio Belinati, Elio Lino Rusch, Florisvaldo Fier, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Cleiton Kielse, Toti Colaço, Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães, Péricles Mello.
Secretária: Eliete de Paula Xavier Ziesemer
Ramal: 203

Atas das Comissões:

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
ATA DE INSTALAÇÃO**

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de um mil, novecentos e noventa e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão. Pre-

sídiada na forma regimental pelo Deputado Luiz Carlos Zuk, vice-Presidente da Comissão Executiva, com o fim específico de instalar e eleger Presidente e vice-Presidente da mesma. Havendo número legal, o Senhor Presidente instalou a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio constatou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Valdir Rossoni e Nereu Moura, para Presidente e vice-Presidente, respectivamente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a deferência de seus nobres Pares e encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK

VALDIR ROSSONI

NEREU MOURA

ORLANDO PESSUTI

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

FLORI SVALDO FIER

ANTÔNIO ANNIBELLI

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões dessa Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Valdir Rossoni, Beto Richa, Toti Colação, Luiz Cláudio Romanelli, Carlos Simões, José Tavares, Emerson Nerone, Walmor Trentini, Nelson Justus, Antônio Belinati e Algaci Túlio. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião e após discussão e votação, aprovou-se a ata da reunião anterior. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 73/95 do Deputado José Maria. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 2) Projeto de Lei n° 45/95 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 3) Projeto de Lei n° 66/95 do Deputado Anibal Khury. Concedido vistas ao Deputado Emerson Nerone; 4) Projeto de Resolução n° 07/95 do Deputado Algaci Túlio. O Deputado Algaci Túlio solicita que seja analisado tal projeto ao final dessa reunião, para que possa trazer os documentos solicitados pelo Deputado relator Emerson Nerone, em seu parecer, o qual requer diligência; 5) Projeto de Lei n° 02/95 do Deputado Basílio Zanusso. O Deputado José Tavares diz

que o autor pretende instituir remuneração para suplente de Delegado. A iniciativa é inconstitucional, compete ao Governador do Estado. Acredita que essa Comissão deva transformar esse projeto em uma sugestão ao Poder Executivo, pois tem muitas situações absurdas, que o Governo deverá encontrar soluções, como em Distritos que não possuem Delegados de carreira, mas suplente sem remuneração. Então, como exigir qualidade? Somente o Poder Executivo pode encontrar soluções para esse problema. O Deputado Antônio Belinati pede a palavra para tirar uma dúvida, com relação ao objetivo do projeto de lei, que é de revogar exclusivamente a alínea "a", que exige o 2° grau para exercer tal função e que não trata de remuneração. O Deputado Emerson Nerone confirma tal afirmação. O Deputado José Tavares diz que essa exigência não é para suplente, mas para assistente de segurança e que alguma coisa está errada. Solicita vistas. O Deputado Antônio Belinati lê o artigo 4°: são requisitos necessários para ingresso no cargo de assistente de segurança comprovação mínima de segundo grau completo. O Deputado José Tavares distingue então, as figuras de suplente de delegado com assistente de segurança. O Deputado Antônio Belinati diz que o maior doutorado nessa área é o Deputado José Tavares, mas levando em conta o baixo nível de escolaridade da população, acredita ser essa uma lei um pouco rigorosa, uma vez que o salário é muito aquém até da necessidade mínima do ser humano. O Deputado José Tavares lembra que essa matéria já foi muito discutida nessa Casa e que é apaixonante e pergunta ao Deputado Luiz Cláudio Romanelli se lembra do trágico episódio do Deputado Heitor de Alencar Furtado. Diz que a polícia é uma instituição complexa, existem policiais de carreira que cometem arbitrariedades, delitos e existem também os que em nome dessa instituição, não estão nela por concurso, mas por indicação, sem qualificação. E esse fato do Deputado Furtado foi um agente concursado. A verdade é que a legislação aí está, essa Casa tem competência relativa para mexer nessa legislação e é evidente que alguma coisa deve ser feita. O Senhor Presidente concede vistas ao Deputado José Tavares. 6) Projeto de Lei n° 46/95 do Deputado Augustinho Zucchi. O Deputado Relator, Basílio Zanusso, requer diligência - DEFERIDO; 7) Projeto de Lei n° 57/95 do Deputado Péricles de Mello e outros. Concedido vistas ao Deputado Valdir Rossoni. 8) Projeto de Lei n° 76/95 do Deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 9) Projeto de Lei n° 65/95 do Deputado Cleiton Crisóstomo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Cláudio Romanelli - APROVADO; 10)

Projeto de Lei nº 77/95 do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 14/95 do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL quanto à constitucionalidade e legalidade e quanto ao mérito, o Deputado Relator, José Tavares, gostaria de dizer que é dos mais justos, já que não há quem não conheça a história, o passado e a luta do Deputado Sebastião Júnior e o que ele fez em benefício do Paraná, não só como Deputado Federal em vários mandatos, Deputado Estadual, Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, portanto é mais do que justa essa homenagem - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 64/95 do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 35/95 do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Annibelli - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 63/95 do Deputado Geraldo Cartário. O Deputado José Tavares diz que essa questão também já foi apreciada na Legislatura passada, não obteve êxito, porque é flagrantemente inconstitucional, infelizmente o Deputado não tem essa competência, e ele é taxativo quando diz que fica criada a Universidade. O Deputado Antonio Annibelli pede que seja ouvida a Comissão de Finanças, de Orçamento, Educação, Cultura e Esporte. O Deputado Toti Colaço diz que em vez de criar, deve-se autorizar e assim tiraria a responsabilidade dessa Comissão. O Deputado Antônio Belinati diz que o sonho de quase todas as comunidades universitárias é conseguir federalizar as universidades estaduais. Parece que está se dando um passo para trás. E, segundo o Deputado, se essa hipótese vingar, amanhã, o Governo Federal baseado nisso pode começar a investir menos na nossa Universidade Federal porque Curitiba já teria uma Universidade Estadual. O Deputado Antonio Annibelli diz que o Governo Federal nunca respeitou o Paraná, não só na ditadura militar como nos Governos Democráticos, nunca o Paraná teve força política, apesar de ter tido Ministros de Educação, nunca conseguiu nada além da UFPR, enquanto que outros Estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais conseguiram. Acredita que não se pode esperar nada do Governo Federal. Tem visto através dos governantes a criação de várias universidades no Paraná, UNIOESTE, UNICENTRO, todas as regiões do Paraná, acredita, existem universidades, Ponta Grossa, União da Vitória, Francisco Beltrão, são faculdades que estão se associando para que possam atender precariamente estudo de melhor nível. O Deputado Carlos Simões diz que essa Comissão deveria sugerir ao Deputado Geraldo Cartário, autor do projeto, para transformá-lo em autorizatório, pois acredita que daí terão

condição maior de vencer. O Senhor Presidente pede que sejam breves, para que todos os projetos sejam analisados. O Deputado Luiz Romanelli diz ser uma matéria de grande interesse para Curitiba e para a região metropolitana, que o Deputado Geraldo Cartário foi muito feliz ao propor esse projeto. Lembra que a única faculdade estadual em Curitiba é a de música, todas as outras escolas de nível superior são privadas. Acredita haver um sério problema aqui, pois se verificarem o número de alunos que são atendidos nessa região, que concentra em peso a população do Estado, nota-se que para o ensino superior, comece-se uma injustiça contra a população mais pobre. Pensa que não se deve pedir arquivamento dessa iniciativa do Deputado Geraldo Cartário, e por isso solicita vistas do projeto para que se possa discutir e encontrar uma solução, porque jogar por terra uma proposta dessa grandeza seria na verdade trabalhar contra os interesses públicos. O Senhor Presidente concede vistas ao Deputado Luiz Cláudio Romanelli e passa a palavra ao Deputado Walmor Trentini para relatar seus projetos; 15) Projeto de Lei nº 10/95 do Deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini. O Deputado Nelson Justus pede a palavra para dizer que irá se basear no que diz o Deputado Relator e autor, mas gostaria de pedir ao Senhor Presidente para que fizesse um apelo, no sentido de se fazer o que não foi feito na Legislatura passada, onde houve uma desvalorização nos títulos concedidos por essa Casa. Pede que se verifique para quem se concede os títulos. O Deputado Walmor Trentini concorda e informa que está viabilizando um projeto de lei alterando esses requisitos, criando algumas condições para que essas homenagens não caiam no vazio. O Deputado Luiz Romanelli diz que quem propõe essas concessões o fazem respeitando a história. Crê que quando um Parlamentar o propõe deva merecer uma posição de respeito por todos. O Deputado Valdir Rossoni diz ter participado anteriormente da CCJ e acredita que está havendo muita divagação sobre assuntos que não cabe discutir aqui, devendo ser melhor ordenado. Diz estar vendo membros dessa Comissão encaminhando duas, três vezes o mesmo assunto e o Regimento Interno não diz isso. Acredita que essa Comissão irá se estender muito se não houver uma organização. O Senhor Presidente esclarece que concederá sempre a palavra aos membros dessa Comissão que solicitarem, pois faz-se necessário discutir as matérias. O Deputado Valdir Rossoni diz ter um momento certo para discutir, e somente com relação ao parecer, senão essa Comissão se transformará em Comissão de sugestão da Assembleia. O Senhor Presidente diz que

Caritiba, segunda, em 17.04.95

dentro do processo de valorização da Casa, é muito importante essa discussão e que as observações feitas pelos Deputados Nelson Justus e Luiz Romanelli foram muito boas. Coloca-se o projeto em discussão e votação - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 11/95 do Deputado Nelson Tureck. O Deputado Antonio Annibelli diz que na Legislatura anterior tiveram que implorar para que Deputados comparecessem para dar número na Mesa, requisitavam funcionários para a Assembléia não passar vergonha. Acredita que o Deputado Nelson Justus tem razão, porque se no início da Legislatura começar concedendo títulos por atacado, embora não esteja se referindo as pessoas desses projetos que estão em votação, irão incorrer em erro, fazendo sessões nas quintas-feiras e sextas-feiras, onde não se encontram Deputados para secretariar os trabalhos. Acredita que a partir de hoje devem ser colocados na geladeira alguns projetos que venham no mesmo sentido, não se atendo ao autor, mas que essa CCJ seja dura na fiscalização dessas concessões. Sugere que seja feito um pacto entre os membros da CCJ para que não exarem mais parecer nessas matérias até que a Assembléia tome providências. O Senhor Presidente concede vistas ao Deputado Emerson Nerone; 17) Projeto de Lei nº 74/95 do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 19/95 do Deputado Anibal Khury. Concedido vistas ao Deputado Valdir Rossoni; 19) Projeto de Lei nº 36/95 do Deputado Anibal Khury. Concedido vistas ao Deputado Walmor Trentini; 20) Projeto de Lei nº 47/95 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Belinati - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 54/95 do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 34/95 do Deputado Florisvaldo Fier. O Deputado Relator, Valdir Rossoni, requer diligência - DEFERIDO; 23) Projeto de Lei nº 25/95 do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 82/95 do Deputado Antônio Be-

linati. O Deputado Relator, Valdir Rossoni, requer diligência - DEFERIDO. O Deputado Alçaci Túlio diz que já remeteu ao Relator, Deputado Emerson Nerone, os documentos solicitados no parecer exarado ao Projeto de Resolução nº 07/95. O Senhor Presidente retornou a palavra ao Relator, que manifestou verbalmente seu parecer pela aprovação do projeto, tendo em vista a complementação dos documentos e correção das irregularidades apontadas. Submetido o parecer a votação, o Plenário dessa Comissão aprovou por unanimidade; 25) Projeto de Lei nº 22/95 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Belinati - APROVADO. O Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA TERMO DE ATA

Aos onze dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões dessa Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Emerson Nerone, José Tavares, Beto Richa, Nelson Tureck, Luiz Cláudio Romanelli e Valdir Rossoni. Não havendo número legal, o Senhor Presidente declarou transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária